

MONIQUE DA COSTA MARTINS

**GUIA BIBLIOGRÁFICO DO DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL
(1992-2002)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa em Informação II como requisito parcial à conclusão do Curso Gestão da Informação, Departamento de Ciência e Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Leilah Santiago Bufrem

CURITIBA

2002

SUMÁRIO

RESUMO	iii
1 INTRODUÇÃO	1
2 GUIAS DE LITERATURA	3
3 DIREITO AMBIENTAL	5
4 LEITURA EM ANÁLISE DOCUMENTÁRIA	8
5 METODOLOGIA	10
6 RESULTADOS	13
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	18
APÊNDICE 1 – GUIA BIBLIOGRÁFICO	20
APÊNDICE 2 – ÍNDICE DE AUTORES	66
APÊNDICE 3 – ÍNDICE DE TÍTULOS	71
APÊNDICE 4 – ÍNDICE DE ASSUNTOS	86

RESUMO

Guia bibliográfico que reúne as obras sobre Direito Ambiental e temas relacionados, publicadas em editoras brasileiras entre os anos de 1992 e 2002, suas características, correntes e implicações. Apresenta um esclarecimento sobre a natureza e importância dos guias de literatura especializada, seguido de um panorama sobre a área de Direito Ambiental e sobre a análise de conteúdo, enquanto estratégia para elaboração de instrumentos bibliográficos. A metodologia para construção do guia compreendeu cinco etapas: planejamento do guia; identificação, levantamento e coleta de dados; automação; análise dos dados e edição do guia. Na etapa de planejamento do guia definiu-se a cobertura do mesmo, especificando-se a abrangência temática, geográfica e temporal. A segunda etapa, identificação, levantamento e coleta de dados, deu-se por meio de consulta a catálogos de editoras brasileiras, a catálogos de bibliotecas e livrarias. Para a implantação da terceira etapa, automação do guia, construiu-se uma base de dados específica, nomeada AMBI, ambientada no *software* WinIsis, desenvolvido pela UNESCO. A quarta etapa, análise dos dados, compreendeu a pesquisa filtrada, geração e impressão de relatórios da base de dados, pelos campos de recuperação pré-determinados. A quinta e última etapa compreendeu a edição final do guia, que é composto pelo corpo e os índices.

1 INTRODUÇÃO

Para BUFREM e MARTINS, o ensino, a pesquisa e a chamada extensão nas instituições universitárias dependem em grande parte da utilização efetiva e constante dos instrumentos, serviços e produtos bibliográficos, por elas organizados e disponibilizados. Estes, por sua vez, embora simplificados, graças ao aperfeiçoamento gradual de novas tecnologias, nem sempre se encontram ao alcance dos usuários que deles deveriam usufruir. Esse problema é mais crucial e concreto em países pouco desenvolvidos como o Brasil, cujas estruturas editoriais são enfraquecidas pelas condições econômicas dos produtores de registros impressos. Ensino e pesquisa carecem de uma estrutura mais consistente, capaz de implementar outros estudos com vistas à incorporação de novos conhecimentos ao referencial já construído, mesmo porque os meios de produção, identificação e obtenção de instrumentos bibliográficos estão longe de se constituir em objeto das prioridades políticas do país. (2000, p. 3)

O propósito de identificar e mapear obras sobre temas específicos vem ao encontro das linhas de trabalho de organizações nacionais e internacionais, no sentido de racionalizar esforços para promover o intercâmbio de dados entre diversos centros que desenvolvem guias ou produtos similares de divulgação de literatura especializada. (BUFREM e MARTINS, 2000, p. 3)

Neste início de milênio, assiste-se ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto. A preocupação com a conscientização ambiental teve início na década de 1970 e hoje faz parte do discurso da mídia, dos diversos governos e especialmente das Organizações Não-Governamentais (ONGs)¹, que acreditam ser necessária a busca de uma sociedade sustentável.

¹ Ressalta-se que as ONGs enquadradas na Lei 9.790/99 são denominadas, cada uma, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

A área de Direito Ambiental é relativamente recente e sua evolução depende da agregação de normas e institutos jurídicos, pertencentes a vários ramos do direito, visando o controle do comportamento humano em relação ao meio-ambiente.

A literatura secundária e terciária é incipiente na área de Direito Ambiental, e a construção de um guia que arrole todas as obras sobre a área, publicadas em editoras brasileiras, com certeza trata-se de um indispensável instrumento de consulta e atualização, seja para acadêmicos e pesquisadores, seja para profissionais da área. Além disso, divulgar a área de Direito Ambiental pode influenciar e estimular a sociedade a restringir e a controlar os danos ambientais.

O recorte feito quanto ao período, 1992-2002, justifica-se por 1992 ser o ano em que se iniciou, mais expressivamente, a publicação de obras na área.

Sob o aspecto metodológico, o estudo possibilitará o desenvolvimento e aprimoramento da tecnologia para construção de guias, utilizando-se o software WinIsis.

Além disso, consistirá em mais uma contribuição ao desenvolvimento de uma linha de pesquisa no Departamento de Ciência e Gestão da Informação, cuja produção tem sido intensificada e visível.

Dessa forma, pretende-se oferecer à comunidade acadêmica e profissional um guia da literatura publicada em editoras brasileiras sobre Direito Ambiental, entre os anos de 1992 e 2002, como apoio ao conhecimento da área e à formação de profissionais e especialistas.

Para atingir esse propósito mais amplo, o desenvolvimento do trabalho partiu dos seguintes objetivos específicos:

- a) identificar e localizar obras sobre Direito Ambiental e temas relacionados;
- b) analisar as obras identificadas e elaborar resumos indicativos;
- c) analisar o conteúdo da literatura da área;
- d) analisar a distribuição temática;
- e) detectar a produtividade por autor e editora;

- f) produzir índices de autores, de títulos e de assuntos;
- g) implementar uma base de dados com as informações coletadas e elaboradas.

Com o desenvolvimento deste trabalho criou-se um guia, ou seja, uma fonte que reúne as obras publicadas no Brasil sobre Direito Ambiental e temas relacionados, suas características, correntes e implicações, visando suprir uma necessidade bibliográfica de literatura secundária e terciária na área.

Em seu desenvolvimento, apresenta-se preliminarmente um esclarecimento sobre a natureza e importância dos guias de literatura especializada, seguido de um panorama sobre a área de Direito Ambiental e sobre a análise de conteúdo, enquanto estratégia para elaboração de instrumentos bibliográficos.

A seguir, são descritos os resultados da análise dos dados relativos à autoria, ao conjunto de editoras mais atuantes na área, assim como à distribuição temática presente nas obras relacionadas no guia.

Fazem parte do trabalho, como apêndices, o instrumento bibliográfico resultante da pesquisa, indicando as obras representadas através de referências bibliográficas, com os assuntos atribuídos por meio de análise documentária e os resumos indicativos, assim como os índices temáticos de títulos e de autores.

2 GUIAS DE LITERATURA

Os guias de literatura estão entre os inúmeros tipos de guias existentes e são definidos, segundo CAMPELLO e CAMPOS, como o *conjunto de materiais que compõem a produção bibliográfica em uma determinada área* (1993, p. 141). Ou seja, guias de literatura são publicações *que relacionam fontes de informação relativas a um assunto, fornecendo uma visão geral da área abrangida e comentários a respeito das obras incluídas* (CALDEIRA, 2000, p. 263).

Percebe-se, entre as principais características dos guias, que se dedicam a uma área específica do conhecimento, que eles conceituam o assunto a ser abordado e apresentam referências bibliográficas das obras arroladas acompanhadas de resumos e indexadores.

Para Paulo da Terra CALDEIRA (2000, p. 263),

Esses guias pretendem abrir as portas da literatura para os usuários, especialmente aqueles que necessitam de informação para compreender as teorias e idéias que possam ser aplicadas em seus trabalhos; são úteis também para pesquisadores, que necessitam orientação para desempenharem com mais desembaraço suas atividades no complexo mundo dessas fontes, e para os bibliotecários, que devem ser especialistas no fornecimento de informação para seus clientes.

Exemplos conhecidos de guias de literatura no Brasil são as obras que compõem a série *Guias de Fontes de Informação*, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em parceria com diversas instituições. Atualmente a série é composta por vinte e duas obras, que cobrem os mais diversos campos do conhecimento, como *Guia de Informação: Design* (1991), *Guias de Fontes de Informação sobre Energia para o Setor Industrial* (1992), *Guias de Fontes de Informação sobre Gestão e Tecnologia da Qualidade* (1993), *Guias de Fontes de Informação sobre Tecnologia de Controle Ambiental* (199?), entre outros.

Os guias produzidos pelo IBICT reúnem informações sobre instituições de ensino superior e de pesquisa, laboratórios, escolas técnicas, entidades associativas, normativas e certificadoras, unidades de informação, bases de dados, além de obras como anais de eventos, manuais, dicionários e as principais publicações periódicas relevantes para as atividades de ensino e pesquisa (CALDEIRA, 2000, p. 270).

Outros exemplos a destacar são os guias elaborados por docentes e discentes do Departamento de Biblioteconomia e do Departamento de Ciência e Gestão da Informação: O *Catálogo coletivo de dicionários da língua portuguesa em bibliotecas de Curitiba* (199-), coordenado pela professora Leilah Santiago Bufrem, o *Catálogo coletivo de obras de referência em educação* (1995) e o *Catálogo coletivo de fontes*

bibliográficas especializadas do Sistema de Bibliotecas da UFPR (1998), coordenados pelas professoras Leilah Santiago Bufrem e Ligia Leindorf Bartz Kraemer; estes catálogos compõem uma série originada no Projeto de Pesquisa e Produção de Instrumentos Bibliográficos.

A produção discente do Departamento de Biblioteconomia (hoje Departamento de Ciência e Gestão da Informação), sobre o tema, é representada por diversos trabalhos, destacando-se: *Atualização do guia de bibliotecas de Curitiba: um panorama biblioteconômico* (1994), de Tânia Mara Dias; *Guia de leitura para alunos de primeira e quarta série* (1997), de Eduméia Coelho da Silva; *Guia de fontes de informação em cartografia* (1997), de Leila Maria Baranhuk; *Legislação ambiental do Estado do Paraná 1995-1998: levantamento e indexação* (1998), de Ana Leticia Porrua Baduy; *Guia de obras sobre metodologia científica publicadas no Brasil entre 1990 e janeiro de 1999* (1998), de Sonia Bernini; *Guia de periódicos brasileiros da área de educação* (1999), de Roseli Aparecida Bianco; *Atualização do guia de obras sobre metodologia científica publicadas no Brasil em 1990 a setembro de 2000* (2000), de Cecília Harmatiuk.

3 DIREITO AMBIENTAL

Algumas definições de Direito Ambiental, meio ambiente e suas relações são abordadas no intuito de facilitar a compreensão do tema e justificar a escolha das obras que irão compor o guia. Além disso, será apresentado um panorama geral da área no Brasil.

A Lei n. 6938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente) define o que se entende por meio ambiente, considerando-o *conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas* (BRASIL, 2002, p. 54). Tem-se aqui um conceito amplo e juridicamente indeterminado, cabendo ao intérprete o preenchimento do seu conteúdo.

O conceito de meio ambiente é totalizador. Embora possamos falar em meio ambiente marinho, terrestre, urbano etc., essas facetas são partes de um todo sistematicamente organizado, onde as partes, reciprocamente, dependem umas das outras e onde o todo é sempre comprometido cada vez que uma parte é agredida. (AGUIAR, 1994, p. 36)

Em verdade, o desrespeito aos valores ambientais tem gerado "baixas" na qualidade de vida, crises sociais e urbanas, guerras, degradação, extinção e poluição. A escassez dos recursos necessários à vida e à humanidade faz proliferar litígios, inclusive os jurídicos que, no caso, têm como protagonistas o ser humano, as instituições e os bens ambientais. Presume-se, pois, que cada vez mais é necessário que se ordenem as normas jurídicas para proteger os interesses ambientais já que, através dos tempos, elas evoluíram para novos paradigmas das relações jurídicas entre o homem e o meio ambiente.

Foi assim que nasceu o Direito Ambiental, tal como hoje se conhece, abrangente e expansivo, geográfica e socialmente direcionado à globalização.

Os princípios gerais de Direito Ambiental foram definidos por MACHADO (2000) como sendo: 1.º do acesso equitativo aos recursos naturais; 2.º do usuário pagador e do poluidor pagador; 3.º da precaução; 4.º da reparação; 5.º da informação; e 6.º da participação.

Já MILARÉ (2000, p. 76), que prefere se referir ao "Direito do ambiente", conceitua-o como sendo:

(...) o complexo de princípios e normas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações, e considera sua missão conservar a vitalidade, a diversidade e a capacidade de suporte do planeta Terra, para usufruto das presentes e futuras gerações.

Esta definição abrange um aspecto mais amplo de preocupações de modo a justificar os estudos sobre conservação e direito ambientais, cuja extensão é

transgeracional.

Para ANTUNES (2000), mais do que um Direito autônomo, o Direito Ambiental é uma concepção de aplicação da ordem jurídica que penetra, transversalmente, em todos os ramos do Direito.

O meio ambiente natural, o artificial, o cultural e o do trabalho são, assim, partes de um todo e os interesses em jogo podem não ter titulares certos, sinal de sua complexidade e alcance. Segundo ROCHA (1999, p. 134), *o Direito Ambiental, como microssistema jurídico, tem por objetivo imediato a proteção e defesa do meio ambiente, nele incluindo o ambiente urbano, (...) O direito ao meio ambiente é direito nitidamente difuso, à medida que pertence a todos de forma indeterminada.*

O Direito Ambiental, portanto, *tem uma dimensão humana, uma dimensão ecológica e uma dimensão econômica que se devem harmonizar sob o conceito de desenvolvimento sustentado* (ANTUNES, 2000, p. 9).

Bem, aqui é que se depara com o “ser ou não ser” de uma civilização que ainda não vê que já está acuada e doente, assistindo o embate entre os recursos disponíveis e as escolhas sociais que, apesar de urgentes, não são implantadas ou devido a carências educacionais, ou por falta de entendimento sobre o que fazer, por medo de escolher, ou ainda, porque simplesmente não se quer escolher.

Desta maneira, *verifica-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis e desta forma é inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam-se alheias a este fato. Objetiva-se a coexistência harmônica entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente.* (FIORILLO, 2000, p. 24)

É que, enquanto não for possível, para os cidadãos que se omitem deliberadamente, assimilarem concretamente essa consciência, assumindo a cultura do ambiente, abandonando o cartesianismo norteador dos rumos sócio evolutivos tomados até então, caberá ao homem comum apontar os rumos do consumo responsável. Além disso, devem conduzir os processos produtivos, até que se possa impor a mudança fundada na sustentabilidade, garantindo os bens ambientais em face do

desenvolvimento gerenciado com ética responsável. Caso não seja essa a escolha, não importa o rumo preferido; testemunhar-se-ão danos irreparáveis à natureza humana, os quais poderão causar o *caos* do ecossistema, a perda dos valores humanitários e da biodiversidade.

Essa reflexão sobre o Direito Ambiental justifica uma dedicação redobrada no sentido de preservar e precaver-se o meio ambiente diante das faltas correntes, especificamente por parte de legisladores, intérpretes e aplicadores do Direito Ambiental. Espera-se deles a busca da funcionalidade das normas ambientais, as quais devem gozar da capacidade real de surtir os efeitos em todos os ramos e níveis sociais. Sedimenta-se, assim, o Direito Ambiental como um instrumento imprescindível e necessário à sobrevivência dos valores humanitários. E, por esse motivo, colocam-se em pauta, atualmente, reflexões e ações no sentido de desenvolver instrumentos que otimizem o acesso à informação na área.

4 LEITURA EM ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

As obras sobre Direito Ambiental, arroladas no guia, são representadas descritivamente por meio de referências e acompanhadas por resumos e descritores. Assim, achou-se conveniente a inclusão de uma seção específica que trate do assunto.

Segundo o *United Nations Information System in Science and Technology* (UNISIST), *a indexação é vista como a ação de descrever e identificar um documento de acordo com o seu assunto.* (1991, p. 84)

Para processá-la faz-se necessária *a leitura em análise documentária*, que, para SILVA, *é vista como um processo que integra tanto a idéia do autor, como o conhecimento do leitor e a intenção do texto, bem como sua estrutura.* (2000)

Assim, a leitura em análise documentária pode ser definida como um *conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da*

informação. Suas fases compreendem *análise, síntese e representação*. (Norma ISO 5963 *apud* SILVA, 2000)

Quando desenvolvida corretamente, a leitura em análise documentária auxiliará na determinação dos descritores para indexação e na elaboração de resumos indicativos ou informativos que expressem adequadamente o conteúdo dos documentos.

De acordo com LANCASTER, a principal intenção ao se elaborar índices e resumos *é construir representações de documentos publicados numa forma que se preste a sua inclusão em algum tipo de base de dados*. (1993, p.1)

Compreende-se, então, que os documentos selecionados para a inclusão na base de dados são descritos de várias maneiras, através da identificação bibliográfica (títulos, autores, editora, data, local de publicação e paginação) e de acordo com o seu assunto e conteúdo (descritores e resumos).

Os descritores utilizados na indexação são retirados do próprio documento e podem ser padronizados através de um tipo de linguagem documentária (tesauros, sistemas de classificação, vocabulário controlado, entre outros)

Os princípios de indexação do UNISIST compreendem duas etapas, sendo que a primeira engloba dois estágios: determinação do assunto e representação de conceitos.

O primeiro estágio subdivide-se em:

- a) compreensão do conteúdo do documento: percepção das diferenças entre os documentos gráficos e os documentos não-gráficos;
- b) identificação de conceitos: destaque dos conceitos principais que melhor expressam o assunto do documento;
- c) seleção de conceitos: exaustividade e especificidade.

O segundo estágio, representação de conceitos, implica no profundo conhecimento do instrumento de indexação adotado, seus procedimentos e regras, seja

ele verbal (tesauros, listas de cabeçalhos de assunto, entre outros) ou simbólico (símbolos de classificação).

Para o UNISIST, devem ser usados os dois instrumentos, o verbal para atribuição de conceitos e organização do acervo lógico e o simbólico para localização e organização do acervo físico, neste caso para documentos que além de estarem inseridos numa base de dados estejam disponíveis fisicamente.

Uma terceira etapa, mas não menos importante, diz respeito ao controle de qualidade, que depende de dois fatores principais: das qualificações do indexador e da qualidade dos instrumentos de indexação.

Algumas sugestões para manter-se o controle de qualidade são: revisão dos dados digitados no sistema por outra pessoa que não o digitador; dupla digitação; validação dos campos; controle de qualidade estatístico e revisão da indexação por mais de um indexador. (1991, p. 84-93)

Compreende-se, então, que o indexador imparcial e que mantém contato com o usuário garante um melhor controle de qualidade, o que beneficia o compartilhamento de informações entre instituições, cada vez mais necessário na atualidade.

5 METODOLOGIA

Os instrumentos bibliográficos são fundamentais para identificar e localizar obras de determinados temas ou áreas. Quando relacionados ao tema Direito Ambiental, tornam-se instrumentos indispensáveis, especialmente como auxílio ao desenvolvimento dos trabalhos discentes, ao ensino e à pesquisa de docentes e especialistas interessados na difusão e aperfeiçoamento de conhecimentos e práticas.

A metodologia para construção deste guia compreendeu cinco etapas: planejamento do guia; identificação, levantamento e coleta de dados; automação; análise dos dados e edição do guia.

Na etapa de planejamento do guia definiu-se a cobertura do guia, especificando-se a abrangência temática, geográfica e temporal. Decidiu-se, portanto, pela a área de Direito Ambiental e temas relacionados, representados apenas por obras publicadas em editoras brasileiras entre os anos de 1992 e 2002. No caso de mais de uma edição da mesma obra, publicada pela mesma editora, considerou-se apenas a mais recente. Quando publicadas por editoras diferentes foram consideradas todas.

A segunda etapa, identificação, levantamento e coleta de dados, deu-se por meio de consulta a catálogos de editoras brasileiras, a catálogos de bibliotecas e livrarias, principalmente os disponíveis via on-line, a partir dos descritores *Direito Ambiental, meio ambiente, política ambiental, proteção ambiental e legislação ambiental*. Atribuíram-se, entretanto, outros descritores para representar mais significativamente o conteúdo de cada obra identificada no guia.

Foram elaborados resumos indicativos ou informativos (conforme a disponibilidade das obras), de todas as obras as quais se teve acesso, após leitura técnica e análise dos textos, da introdução das obras, de catálogos de editoras ou, ainda, das chamadas “orelhas” dos livros, assim como de outras resenhas e críticas encontradas em periódicos e outras fontes de informação.

Os resumos indicativos ou descritivos, segundo MARCONI (2001, p. 74), caracterizam-se por fazer referência às partes mais importantes do texto. Utilizam frases curtas, cada uma correspondendo a um elemento importante da obra. Não dispensam a leitura do texto completo, pois descrevem apenas sua natureza, forma e propósito.

Já os resumos informativos ou analíticos são os que contêm todas as informações principais apresentadas no texto e podem dispensar a leitura do mesmo. São mais amplos do que os indicativos, pois tem a finalidade de informar o conteúdo e as principais idéias do autor. (2001, p. 74)

Para a implantação da terceira etapa, automação do guia, construiu-se uma base de dados específica, nomeada AMBI, ambientada no *software* WinIsis,

desenvolvido pela UNESCO.

Os campos especificados para entrada dos dados foram: tipo (de material), autor (pessoa), autor (entidade), título, edição, local, editora, data, colação, descritores e resumo. Desses, os que permitem consulta são autor (pessoa), autor (entidade), título, editora, data e descritores.

Para a representação dos itens na base definiu-se o formato de referência, de acordo com a Norma 6023:2000 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Entretanto, o nome do autor foi inserido completo e não abreviado como a norma indica. Essa ressalva visa a facilitar a consulta por parte dos usuários.

Finalizada a alimentação da base de dados, foram impressos relatórios espelhos, que trazem os campos da base seguidos dos dados na forma como foram digitados, para correção, visando alcançar a qualidade e confiabilidade do guia.

Após a correção, foi iniciada a quarta etapa, ou seja, a análise dos dados. Através de filtros, imprimiram-se relatórios pelos campos de recuperação pré-determinados.

A partir dos relatórios, foram gerados gráficos, utilizando-se o Microsoft Excel 2000, para representar mais ilustrativamente os dados levantados. O relatório de autor destaca os autores e sua produção na área abrangida, permitindo a análise das relações entre esta e a distribuição temática, assim como a comparação por produtividade; o relatório de editora evidencia as editoras que mais publicaram na área e permite relacioná-las a outras variáveis como autoria e diversidade temática; o relatório de descritores ilustra a variedade da distribuição temática e o relatório de data representa a produção em relação ao ano.

A quinta e última etapa compreendeu a edição final do guia, que é composto pelo corpo e os índices. O corpo do guia é constituído pela inserção no trabalho dos dados levantados no formato de referência, ordenados pelo número do MFN (código utilizado pelo software WinIsis para identificar cada registro individualmente). Visando facilitar e ampliar as possibilidades de consulta, foram construídos índices de

autores, de títulos e de descritores, também identificados pelo MFN.

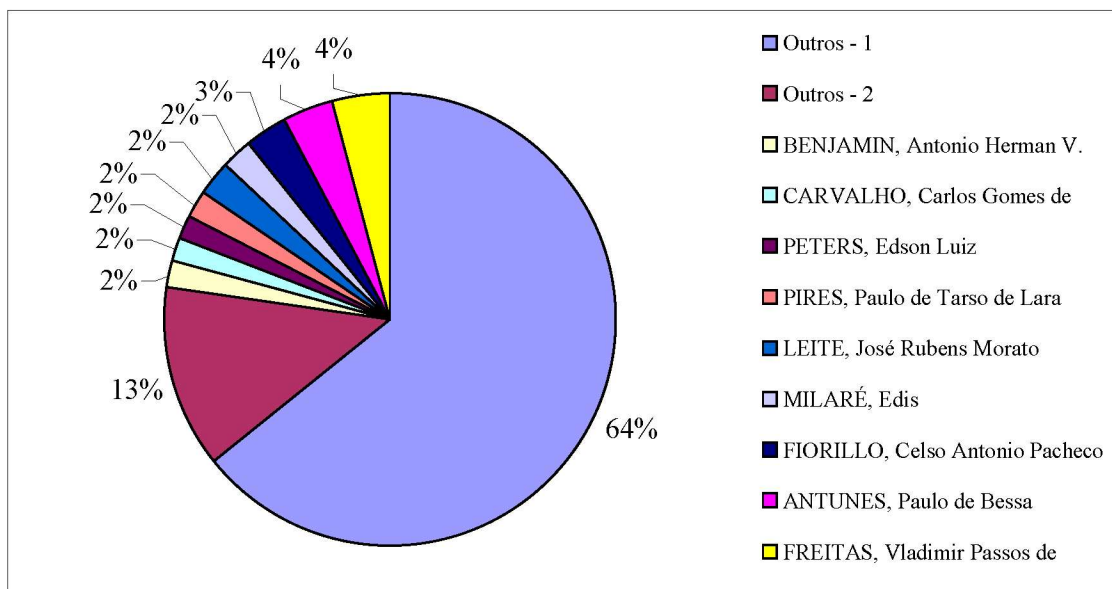
6 RESULTADOS

A edição final do guia compreende 164 obras sobre Direito Ambiental e assuntos correlatos. Foram arrolados 138 autores a elas correspondentes, na maioria brasileiros. É necessário ressaltar que apenas nove publicaram mais do que duas obras, enquanto que 22 (13%) publicaram 2 obras cada um e os 107 (64%) restantes, uma única.

Os autores que mais se destacaram na produção de obras sobre Direito Ambiental foram Vladimir Passos de Freitas, com sete obras, sendo que cinco foram publicadas pela editora Juruá; Paulo de Bessa Antunes, com seis obras, a maioria publicada pela editora Lumen Júris e Celso Antonio Pacheco Fiorillo, com cinco obras distribuídas entre três editoras – Saraiva, Max Limonad e Del Rey.

Vale destacar que o expressivo percentual de 64% é formado pelos autores com apenas uma obra na área e que 13% são de responsabilidade de autores com dois títulos. A produção governamental, considerada pouco representativa, foi incluída entre os autores com 1 ou 2 publicações na área, conforme o caso.

GRÁFICO 1 - AUTORES MAIS ATUANTES EM DIREITO AMBIENTAL - 1992-2002



Fonte: Base AMBI, 2003.

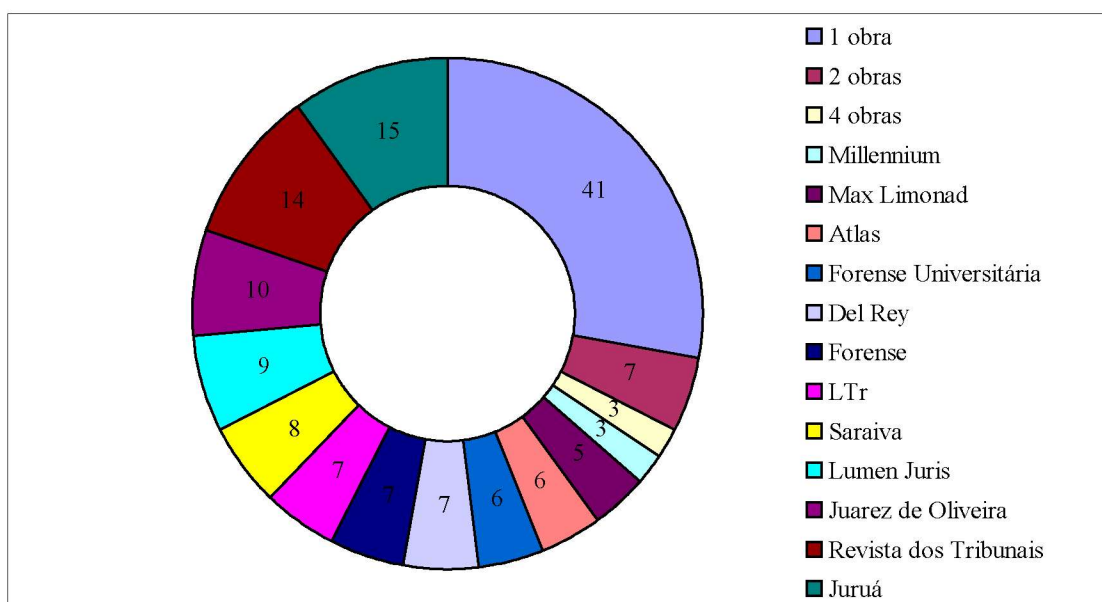
A análise dos aspectos relacionados à produção editorial demonstra que a maior parcela realmente coube às editoras privadas. Destaca-se como mais significativa a editora Juruá, sediada em Curitiba, com 15 obras sobre o tema, publicadas a partir de 1993, com *Meio ambiente no direito brasileiro atual*, de Francisco José Marques Sampaio.

A segunda colocação coube à editora Revista dos Tribunais, sediada em São Paulo, com 14 obras publicadas a partir de 1992, com *Direito penal ambiental*, de Luiz Regis Prado.

A editora Juarez de Oliveira ocupa a terceira colocação, com 10 obras publicadas, seguida pelas editoras Lumen Júris e Saraiva, com 9 e 8 obras respectivamente.

As editoras LTR, Forense e Del Rey aparecem em sexto lugar, cada uma com 7 obras publicadas.

GRÁFICO 2 – EDITORAS QUE MAIS PUBLICARAM NA ÁREA DE DIREITO AMBIENTAL - 1992-2002



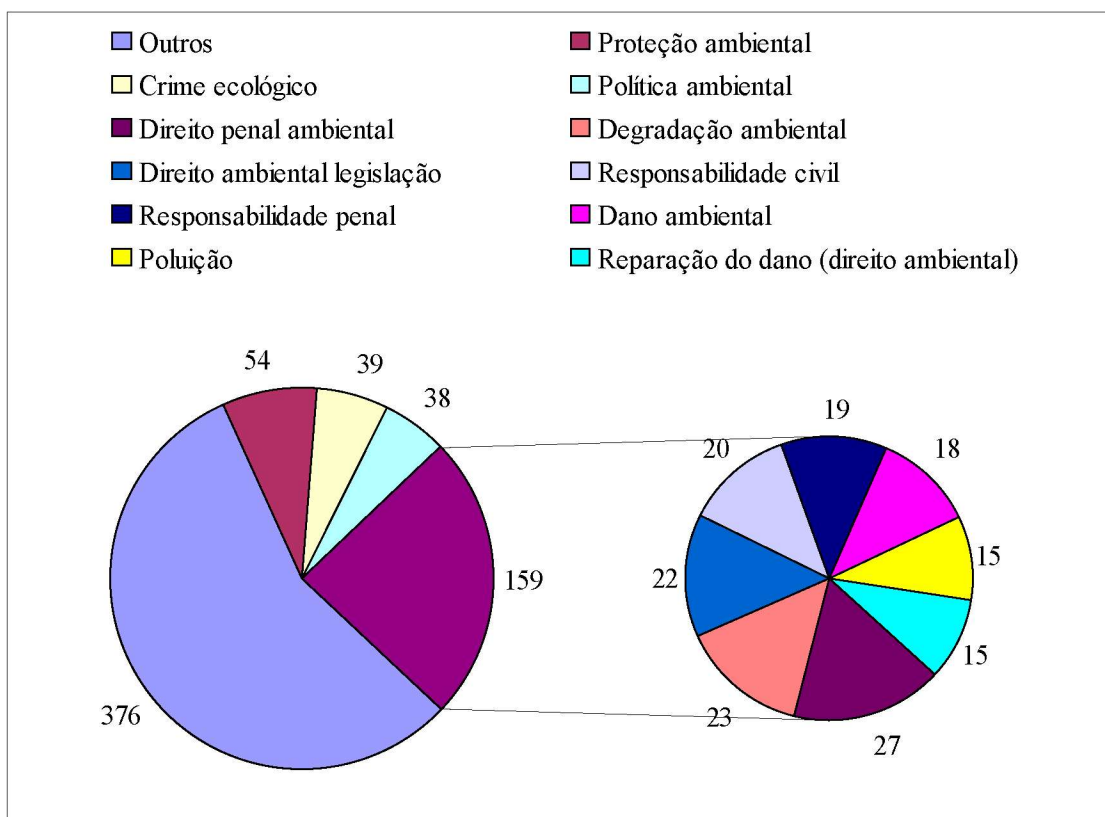
Fonte: Base AMBI, 2002.

Analisando a produção editorial anual, percebe-se um aumento gradativo a partir de 1992 e um salto significativo a partir de 1999, quando foram publicadas 24 obras. O ano de maior produção foi 2002, com 38 obras, o que comprova a atualidade e a constante exploração do tema escolhido. A distribuição anual da produção atinge uma média de 13,7 livros/ano.

Indicando uma crescente preocupação com a preservação e a proteção ambiental, o descritor *Proteção ambiental* aparece, explicitamente, em 54 das 164 obras selecionadas, sendo seguido pelos descritores *Crime ecológico* e *Política ambiental*, que aparecem em 38 e 39 obras respectivamente.

A quarta colocação é ocupada pelo descritor *Direito penal ambiental*, presente em 27 obras. *Degradação ambiental* e *Direito Ambiental legislação* ocupam a quinta e sexta colocação, com 23 e 22 aparições, respectivamente.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA PRESENTE NAS OBRAS SOBRE DIREITO AMBIENTAL - 1992-2002



Fonte: Base AMBI, 2002.

Constata-se um amplo leque temático das obras selecionadas, visto que 376 descritores aparecem em menos do que 13 obras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de Direito Ambiental vem evoluindo constantemente, expandindo suas ramificações e agregando novos temas e valores ao corpo teórico expresso pela literatura. Dessa forma, a exploração do meio ambiente como um instituto jurídico procura não só penalizar e reparar, como normalizar o uso do meio, visando à sua adequada utilização.

Quanto a metodologia utilizada para construção do guia, ressalta-se que

compreendeu cinco etapas: planejamento do guia; identificação, levantamento e coleta de dados; automação; análise dos dados e edição do guia. Na etapa de planejamento do guia definiu-se a cobertura do mesmo, especificando-se a abrangência temática, geográfica e temporal. A segunda etapa, identificação, levantamento e coleta de dados, deu-se por meio de consulta a catálogos de editoras brasileiras, a catálogos de bibliotecas e livrarias. Para a implantação da terceira etapa, automação do guia, construiu-se uma base de dados específica, nomeada AMBI, ambientada no *software* WinIsis, desenvolvido pela UNESCO. A quarta etapa, análise dos dados, compreendeu a pesquisa filtrada, geração e impressão de relatórios da base de dados, pelos campos de recuperação pré-determinados. A quinta e última etapa compreendeu a edição final do guia, que é composto pelo corpo e os índices.

A análise dos dados permitiu identificar os autores, editoras e descritores que mais se destacaram na área de Direito Ambiental durante o período selecionado.

Quanto aos autores, o destaque fica para Vladimir Passos de Freitas e Paulo de Bessa Antunes.

Em relação às editoras, a editora Juruá, revelou-se a mais produtiva com 15 das 164 publicações analisadas.

Constatou-se que, entre os temas mais recorrentes nas obras analisadas, os descritores *proteção ambiental*, *crime ecológico* e *política ambiental*, aparecem expressivamente.

Em relação ao guia, pretende-se que seja um instrumento bibliográfico importante e que contribua para o crescimento e aprimoramento da área. Sugere-se que seja atualizado regularmente, visto que a produção editorial na área está em constante expansão.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. A. R. de. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA, 1994.
- ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.
- BARANHUK, L. M. **Guia de fontes de informação em cartografia**, 1997. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- BRASIL. Leis, decretos, etc. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Rideel, 2002.
- BUFREM, L. S.; KRAEMER, L. L. B. (Coord.) **Catálogo coletivo de fontes bibliográficas especializadas do Sistema de Bibliotecas da UFPR**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Biblioteconomia, 1998. (Série instrumentos bibliográficos; 3)
- BUFREM, L. S.; KRAEMER, L. L. B. (Coord.) **Catálogo coletivo de obras de referência em educação**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1995.
- BUFREM, L. S.; MARTINS, M. C. **Produção bibliográfica em arte-educação no Brasil: um guia especializado**. Curitiba: UFPR, 2000. 36 p.
- CALDEIRA, P. da T. Guias de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 263-274
- CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. M. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1993.
- CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- CARRIZO-SAINERO, G.; GOYENA-IURETA, P.; LOPEZ DE QUINTANA, E. **Manual de fuentes de información**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994.
- FIESP/CIESO - DETEC. **Guia de informação: design**. São Paulo: CNI/DAMPI; FIESP; IBICT, 1991. (Guias de Informação; 1)
- FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.
- LOBO, M. F. D.; BARCELLOS, S. DE O. Guias de fontes de informação: metodologia para geração e automação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 75-81, jan./abr. 1992.
- MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

ROCHA, J. C. S. **Função ambiental da cidade**: direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

SILVA, H. de F. N. **A leitura em análise documentária**. (transparências). Curitiba, 2000.

SILVA, P.P.L. et al. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 1999.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 83-94, mar. 1991.

APÊNDICE 1 – GUIA BIBLIOGRÁFICO

MFN: 001

VARELLA, Marcelo Dias; FONTES, Eliana Maria Gouveia; ROCHA, Fernando A. Nogueira Galvão da. *Biossegurança e biodiversidade: contexto científico e regulamentar*. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 301 p.

Descritores: ENGENHARIA GENÉTICA SEGURANÇA; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RECURSOS GENÉTICOS PROTEÇÃO; ENGENHARIA GENÉTICA DIREITO COMPARADO; BIOÉTICA; BIODIVERSIDADE.

Resumo: Estudo comparado sobre a engenharia genética, biossegurança e biodiversidade na Argentina, Noruega, Índia, África do Sul, Nova Zelândia, Filipinas, Japão, Reino Unido, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Comunidade Européia e Organismos Internacionais, em relação ao contexto científico e regulamentar.

MFN: 002

MILARÉ, Édís; GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). *Ação civil pública: lei 7.347/1985 - 15 anos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 896 p.

Descritores: AÇÃO CIVIL PÚBLICA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA COLETÂNEA; INTERESSE COLETIVO; INTERESSE DIFUSO; PATRIMÔNIO CULTURAL.

Resumo: Editada em comemoração aos 15 anos da Lei 7.347/85, reúne importantes trabalhos de especialistas sobre a ação civil pública, estudada nos mais variados aspectos, não somente pela perspectiva doutrinária como também pelas vicissitudes políticas e pragmáticas. São tratados temas como meio ambiente, interesses difusos e coletivos, o inquérito civil, o patrimônio cultural, a educação, o processo do trabalho, a engenharia genética, entre outros interesses metaindividuais, todos analisados e correlacionados à ação civil pública.

MFN: 003

FREITAS, Vladimir Passos de (coord.). *Águas: aspectos jurídicos e ambientais*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 278 p.

Descritores: CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE; CONAMA; CÓDIGO DE ÁGUAS (1934); POLUIÇÃO HÍDRICA; ÁGUA DESSANILIZAÇÃO.

Resumo: Discute juridicamente questões atuais e polêmicas sobre as reservas hídricas no que se refere a poluição, propriedade, privatização, águas subterrâneas, com modelos de petições e legislação.

MFN: 004

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito ambiental*. 6. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. 902 p.

Descritores: PATRIMÔNIO CULTURAL; POLÍTICA AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Resumo: Atualizada com as mais recentes leis ambientais e com a jurisprudência mais moderna, analisa os mais diferentes institutos do direito ambiental. Considerado um dos mais importantes trabalhos jurídicos sobre o meio ambiente existentes em nosso país, inclui respostas para os mais diferentes questionamentos sobre a proteção jurídica do meio ambiente.

MFN: 005

CARDOSO, Artur Renato Albeche. *Vocabulário técnico de termos ambientais e sua capitulação jurídica*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001. 247 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; MEIO AMBIENTE VOCABULÁRIO; TERMINOLOGIA JURÍDICA.

Resumo: Relaciona o termo técnico-ambiental com o jurídico-ambiental facilitando o entendimento da terminologia entre as duas áreas. Traz a palavra/expressão, a definição, a norma jurídica e os dispositivos (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que a contém.

MFN: 006

CARNEIRO, Ricardo. *Direito ambiental: uma abordagem econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 176 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; CAPITALISMO SÉCULO XX; ECONOMIA; GLOBALIZAÇÃO.

Resumo: Trata das grandes questões ambientais da atualidade: globalidade e interdependência, bem como das origens da crise ambiental e as transformações político-econômicas do capitalismo no século XX. Aborda o enfoque econômico da questão ambiental e o problema das falhas do mercado, a economia do meio ambiente e os mecanismos para a correção das extremidades ambientais negativas, além da regulamentação da política ambiental no Brasil.

MFN: 007

CONSTANTINO, Carlos Ernani. *Delitos ecológicos: a lei ambiental comentada artigo por artigo: aspectos penais e processuais penais*. São Paulo: Atlas, 2001. 232 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLUIÇÃO; AÇÃO PENAL.

Resumo: Estuda a lei n. 9.605, de 12-02-98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Os comentários de cada um dos artigos facilitam a consulta dos interessados e a precisão dos conceitos. A fundamentação das opiniões do autor, dá aos profissionais do direito a segurança necessária para a defesa das teses a serem apresentadas nos juízos e tribunais do país.

MFN: 008

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro. *Crimes e infrações administrativas ambientais: comentários à Lei n.9.605/98*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2001. 478 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

Resumo: Obra de referência, extensa como a importância da matéria exige, indispensável a todos que pretendam mover-se no seio da lei aqui comentada. Enriquecidas com esta obra, a doutrina e a jurisprudência, passam a dispor de um instrumento imprescindível para a boa interpretação e a correta aplicação da lei nº 9.605/98.

MFN: 009

DINIZ, Maria Helena. *O estado atual do biodireito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 864 p.

Descritores: BIOÉTICA; ENGENHARIA GENÉTICA; CLONAGEM; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; BIODIREITO; BIODIVERSIDADE; CRISE AMBIENTAL.

Resumo: Atualizada conforme o Novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10-1-2002), aborda questões como transfusão de sangue, transexualismo, transplante de órgãos e tecidos, experiências em seres humanos, tortura médica, a AIDS e o direito. Seu estudo avança para a análise do direito ambiental, considerando a crise ambiental e o desenvolvimento, a preservação da biodiversidade, o impacto ambiental da biotecnologia, a biopirataria, a tutela jurídica do meio ambiente e a responsabilidade civil pelo dano ecológico. Ressalta a necessidade de adequação do estado atual às exigências do mundo moderno e discorre sobre o futuro da bioética e do biodireito no século XXI.

MFN: 010

FERNANDES, Edésio (org.). *Direito urbanístico e política urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 629 p.

Descritores: DIREITO URBANO; POLÍTICA URBANA; DIREITO DE SUPERFÍCIE; URBANISMO; PLANEJAMENTO URBANO; ASSENTAMENTO HUMANO.

Resumo: Apresenta e discute aspectos fundamentais da gestão urbano-ambiental no Brasil, enfatizando a relação entre o direito e o processo político-institucional.

MFN: 011

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 3. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 2002. 338 p.

Descritores: LICENCIAMENTO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RECURSOS HÍDRICOS; DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL.

Resumo: Reúne o mais completo estudo de direito ambiental no Brasil, esgotando os temas vinculados ao meio ambiente cultural, artificial, do trabalho e natural. Desenvolve também de forma completa o direito processual ambiental em face da existência das lides ambientais, bem como, de maneira clara e didática, o direito criminal ambiental em nosso país.

MFN: 012

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 10. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2002. 1040 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; RECURSOS HÍDRICOS; POLUIÇÃO; DANO NUCLEAR PREVENÇÃO; ENGENHARIA GENÉTICA LEGISLAÇÃO; TOMBAMENTO; AUDITORIA AMBIENTAL; ZONEAMENTO COSTEIRO; PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO.

Resumo: Trata de diversos assuntos relacionados ao direito ambiental, entre eles: bens ambientais na Constituição Federal de 1988; zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição; estudo de impacto ambiental e licenciamento das atividades, em países como República Federal da Alemanha, Argélia, Republica Popular da China, França, Índia, Inglaterra e Brasil; auditoria ambiental, responsabilidade civil e reparação do dano ecológico.

MFN: 013

MATOS, Eduardo Lima de. *Autonomia municipal e meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 178 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; AUTONOMIA MUNICIPAL; MUNICÍPIO COMPETÊNCIA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Resumo: Trata da autonomia municipal em face da nova ordem constitucional do país. Analisa que instrumentos dispõe o administrador público municipal para exercer suas atribuições na área do meio ambiente.

MFN: 014

MORAES, Luís Carlos Silva de. *Curso de direito ambiental*. São Paulo: Atlas, 2001. 258 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; CRIME ECOLÓGICO; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL HISTÓRIA; FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL; POLUIÇÃO.

Resumo: Parte da evolução histórica do direito ambiental, para iniciar a compreensão da matéria pelo texto constitucional, comentando todos os princípios constitucionais envolvidos, as disposições expressas e implícitas, com a finalidade de dividir os campos de atuação do Estado nessa área. Em seguida, comenta as competências legislativa e executiva da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Finaliza com a introdução aos aspectos penais envolvendo os delitos contra o meio ambiente, muitas vezes vinculados à fiscalização ambiental, como meio de preparar o leitor ao aprofundamento do tema em obras específicas.

MFN: 015

NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. Campinas: Millennium, 2001. 347 p.

Descritores: AMAZÔNIA INTERNACIONALIZAÇÃO; ÉTICA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; EFEITO ESTUFA; DESMATAMENTO; POLUIÇÃO HÍDRICA.

Resumo: O planeta Terra está endereçando contínuos sinais de esgotamento ao gênero humano, seu maior predador. O efeito estufa, o desmatamento, o parcelamento irracional do solo, a poluição das águas, a extinção de espécies, são sintomas de que a catástrofe pode estar mais próxima do que se imagina. A cupidez de uma sociedade consumista não se detém a refletir sobre as conseqüências nefastas de um progresso material desvinculado da preocupação moral. As reflexões contidas neste trabalho se propõem a conscientizar todas as pessoas de que é possível reverter a tendência destruidora, desde que se aceite uma forma adequada de individual protagonismo. Não são necessários atos heróicos, nem o mergulho numa cruzada utópica. Gestos pequenos, aparentemente banais, podem melhorar significativamente a qualidade de vida e cimentar o contexto humano tão esgarçado.

MFN: 016

PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara. *Manual de direito ambiental: doutrina, legislação atualizada, vocabulário ambiental*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 212 p.

Descritores: CÓDIGO FLORESTAL (1965); EDUCAÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; MEIO AMBIENTE VOCABULÁRIO; POLUIÇÃO.

Resumo: Trata-se de um manual de direito ambiental que se caracteriza pela linguagem acessível, clareza e objetividade, além de incluir ilustrações, figuras e quadros sinópticos, agregando com isso valor didático à obra.

MFN: 017

PINTO, Antonio Carlos Brasil. *Turismo e meio ambiente: aspectos jurídicos*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001. 192 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; TURISMO ASPECTOS JURÍDICOS; PATRIMÔNIO CULTURAL.

Resumo: Os direitos ambientais situam-se na esfera dos direitos difusos. Apresenta os meios legais de defesa do patrimônio turístico e avalia o conjunto de leis ordinárias vigentes e sua aplicação prática.

MFN: 018

SANTOS, Saint-Clair Honorato. *Direito ambiental: unidades de conservação, limitações administrativas*. Curitiba: Juruá, 2001. 123 p.

Descritores: DIREITO DE PROPRIEDADE; ESTAÇÃO ECOLÓGICA; DIREITO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; HORTO FLORESTAL; PARQUE DE CAÇA.

Resumo: Estudo comparado sobre o tratamento dado à propriedade no direito de Portugal, Itália, Alemanha, Espanha, França e Estados Unidos. Aborda a propriedade no direito brasileiro e seus antecedentes constitucionais. As limitações administrativas, as servidões no direito romano, suas origens e classificação, unidades de conservação, reserva biológica, horto florestal e parque de caça, e muito mais.

MFN: 019

SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito internacional do meio ambiente: sua emergência, as obrigações e as responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001. 896 p.

Descritores: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE (1972: ESTOCOLMO); CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: RIO DE JANEIRO); DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); DESARMAMENTO.

Resumo: Trata-se do primeiro livro escrito em português e editado no Brasil sobre direito internacional do meio ambiente, cobrindo todos os seus aspectos numa perspectiva sistemática e científica. Aborda aspectos e relações entre o direito interno e internacional; a questão do *jus cogens*; a responsabilidade internacional dos estados; a proteção internacional da pessoa humana; o desarmamento e a segurança coletiva além da integração econômica regional e as integrações físicas.

MFN: 020

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; OLIVEIRA, Simone Gomes de; PANNO, Marcia. *Perícia ambiental*. Rio de Janeiro: Thex, 2000. 207 p.

Descritores: PERÍCIA (PROCESSO CIVIL); PERÍCIA AMBIENTAL; AUDITORIA AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO.

Resumo: A Perícia Ambiental torna-se peça-chave nestes novos tempos, onde a dinâmica e a velocidade das mudanças ocorridas na sociedade contemporânea promoveram um rápido processo de transformações no meio ambiente em decorrência da ação do homem, causando de forma acelerada e acentuada o desequilíbrio, a redução e até mesmo o desaparecimento espécies e ecossistemas.

MFN: 021

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Dano ambiental: uma abordagem conceitual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. 384 p.

Descritores: FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (FNMA); FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS (FDD); FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (FECAM); FUNDO DE PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA MINERAÇÃO (FUNMINERAL); DIREITO AMBIENTAL FRANÇA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL INGLATERRA ESTADOS UNIDOS; RESPONSABILIDADE CIVIL FRANÇA; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; MEIO AMBIENTE FILOSOFIA; POLUIÇÃO; DANO AMBIENTAL.

Resumo: Originalmente apresentado como tese de doutorado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, parte dos conceitos de natureza e de dano desde os primórdios do conhecimento humano e comenta a relação entre homem e natureza. Expõe os conceitos de poluição e dano ambiental e do necessário à sua recuperação, incluindo, a temática dos fundos de indenização no Brasil e no exterior.

MFN: 022

ASSIS, Fátima Rangel dos Santos de. *Responsabilidade civil no direito ambiental*. Rio de Janeiro: Destaque, 2000. 154 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; RESPONSABILIDADE CIVIL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); PROTEÇÃO AMBIENTAL.

Resumo: Aborda a aplicação dos instrumentos legais sobre a proteção do meio ambiente. Além de tentar esclarecer as dúvidas existentes sobre o assunto, busca trazer orientações aos cidadãos brasileiros de como lutar pelos seus direitos e cumprir com seus deveres em prol de um equilibrado meio ambiente e uma melhor qualidade de vida.

MFN: 023

ASSIS, Fátima Rangel dos Santos de. *Produzir, consumir e preservar: responsabilidades empresarial, administrativa e jurídica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 64 p.

Descritores: MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL); MERCOSUL; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO); ISO; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; PROTEÇÃO AMBIENTAL PAÍSES DO MERCOSUL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE PENAL; DIREITO AMBIENTAL NORMALIZAÇÃO; RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA; NORMALIZAÇÃO TÉCNICA.

Resumo: Altamente didática, esclarece as muitas dúvidas existentes sobre a questão ambiental, a proteção ambiental, a normalização no direito ambiental, entre outros. Entre os assuntos tratados estão um panorama atualizado da questão ambiental e a definição, objetivos e importância das normas.

MFN: 024

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. *Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. 340 p.

Descritores: REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); RESPONSABILIDADE CIVIL; TEORIA DO ESTADO; DIREITO AMBIENTAL ESTADOS UNIDOS; INTERESSE DIFUSO ESTADOS UNIDOS; INTERESSE DIFUSO; DEMOCRACIA; RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADOS UNIDOS ITÁLIA; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL.

Resumo: Propõe a reflexão do instituto da responsabilidade civil por dano ao meio ambiente no Brasil em face de alguns dos princípios basilares da Constituição brasileira, especialmente do princípio do Estado Democrático de Direito. Para a consecução de tal objetivo, parte da evolução das modernas idéias de Estado de Direito, em sua conexão com a autonomia individual e a soberania popular. Em

conclusão, após trilhar os caminhos da reflexão sobre direito e democracia, das bases conceituais do Direito Ambiental e da teoria dos interesses difusos, o trabalho alcança a sua dimensão mais específica, com a análise da responsabilidade civil por dano ao meio ambiente no Brasil. Essa análise tem em vista o desenvolvimento da responsabilidade civil do Direito Privado e no Direito Público, e especialmente no Direito Ambiental brasileiro e estrangeiro.

MFN: 025

CARRAMENHA, Roberto. *Direito da natureza: considerações sobre o direito ambiental brasileiro e a Lei dos Crimes Ambientais*. São Paulo: Mantiqueira, 2000. 160 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO.

MFN: 026

FREITAS, Vladimir Passos de; ANTONIO, Adalberto Carim (coord.). *Direito ambiental em evolução*: n. 2. Curitiba: Juruá, 2001. 334 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL PARAGUAI; PRODUTO TRANSGÊNICO ASPECTOS JURÍDICOS; PATRIMÔNIO CULTURAL; PRESERVAÇÃO; POLUIÇÃO HÍDRICA; CRIME ECOLÓGICO; BIODIVERSIDADE; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; ÍNDIO ASPECTOS JURÍDICOS ESTADOS UNIDOS.

Resumo: Trata sobre temas diversos do direito ambiental, tais como: uso de produtos transgênicos, proteção do meio ambiente cultural e o papel das empresas na proteção ambiental.

MFN: 027

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. *Direito ambiental e a saúde dos trabalhadores*. São Paulo: LTr, 2000. 256 p.

Descritores: UNIÃO EUROPÉIA (UE); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO HISTÓRIA; OIT; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE; OMS; SEGURANÇA DO TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL; SEGURANÇA DO TRABALHO PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA; DIREITO DO TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL; CONDIÇÕES DE TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL; AMBIENTE DO TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL; AMBIENTE DO TRABALHO DIREITO COMPARADO; AMBIENTE DO TRABALHO; SAÚDE OCUPACIONAL PAÍSES DO MERCOSUL; SAÚDE OCUPACIONAL PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA; HIGIENE DO TRABALHO; MEDICINA DO TRABALHO.

Resumo: Analisa os aspectos jurídicos históricos e contemporâneos das formas de tutela da vida e da saúde dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, apresentando o quadro atual do Direito comunitário na União Européia e as perspectivas para o Mercosul.

MFN: 028

FINK, Daniel Roberto; ALONSO JUNIOR, Hamilton; DAWALIBI, Marcelo. *Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 212 p.

Descritores: LICENCIAMENTO AMBIENTAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; LICENCIAMENTO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; RECURSOS NATURAIS; POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Discute e resolve alguns dos principais aspectos desse instituto tão importante na vida do direito ambiental, destinado a manter um regime de desenvolvimento suficiente para atender à demanda da sociedade, de um lado, e, de outro, evitar o uso desmedido dos recursos naturais.

MFN: 029

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2000. 218 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; LIBERDADE DE INFORMAÇÃO CONTROLE; RÁDIO; TELEVISÃO.

Resumo: Aborda o desenvolvimento do rádio e da televisão tanto no Brasil como em outros países, revelando a manipulação desses setores pelo poder público e pelo poder econômico em detrimento dos direitos dos cidadãos, assegurados pelo estado democrático de direito.

MFN: 030

FREIRE, William. *Direito ambiental brasileiro*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2000. 273 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL.

Resumo: Apresenta a legislação ambiental em vigor atualizada após a lei n. 9.605/98 e medida provisória 1.710/98. Inclui o código florestal, a lei de proteção à fauna, a lei nacional de política ambiental e a lei de crimes ambientais.

MFN: 031

FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 248 p.

Descritores: CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988); CRIME ECOLÓGICO; RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE PENAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Debate sobre as inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988 à proteção do meio ambiente e se vêm alcançando resultados concretos. Para isso foram aprofundados temas de grande complexidade, como a competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o meio ambiente cultural, as limitações ao direito de propriedade, o dano ambiental e os crimes ambientais, e acrescentados, além da legislação mais recente, julgados paradigmáticos dos tribunais nacionais.

MFN: 032

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. *Crimes contra a natureza*: de acordo com a Lei 9.605/98. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 360 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; POLUIÇÃO; CAÇA; PESCA; RESÍDUOS TÓXICOS.

Resumo: Apresenta o direito ambiental comparado na Itália, Portugal, Argentina e Nova Zelândia. Analisa todos os crimes e contravenções existentes nas leis brasileiras referente à matéria e comenta cada artigo da Lei 9.605/98, conhecida como Lei Penal Ambiental. Poluição, caça, pesca, resíduos tóxicos, atividades nucleares, entre outras formas criminosas contra o meio ambiente, são minuciosamente analisadas. A jurisprudência é citada após cada comentário, aliando o aspecto teórico ao prático.

MFN: 033

JUCOVSKY, Vera Lúcia R. S. *Responsabilidade civil do estado por danos ambientais*: Brasil - Portugal. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. 69 p.

Descritores: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO BRASIL PORTUGAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE CIVIL JURISPRUDÊNCIA; RESPONSABILIDADE CIVIL JURISPRUDÊNCIA PORTUGAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL) PORTUGAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL PORTUGAL; RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA.

Resumo: Examina inúmeros aspectos da responsabilidade estatal pelas ações e omissões administrativas na degradação ambiental, inclusive nas hipóteses de licenças do Poder Público para atividades potencialmente lesivas ao ambiente; alguns instrumentos de proteção dos direitos individuais, coletivos e difusos, em face do Estado, além da análise do direito fundamental a um ambiente equilibrado, levando-se em conta o direito português comparativamente ao brasileiro, tanto quanto a espinhosa questão da avaliação dos danos ambientais para a indenização do dano à natureza.

MFN: 034

LEITE, José Rubens Morato. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 344 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; DANO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL).

Resumo: Discute, juridicamente, o dano ambiental, do individual ao coletivo, sob a perspectiva da aceitabilidade do dano extrapatrimonial ou moral ambiental. Analisa as barreiras do Estado; evidencia o conceito jurídico de meio ambiente; examina o sistema de responsabilidade civil por danos ambientais e os meios de tutela jurisdicional ambiental.

MFN: 035

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente*: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 784 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; POLÍTICA AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; PATRIMÔNIO CULTURAL; TUTELA JURISDICIONAL; DIREITO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; MEIO AMBIENTE VOCABULÁRIO; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; TERMINOLOGIA JURÍDICA.

Resumo: A primeira parte da obra é dedicada à doutrina, conduzindo o leitor a uma visão ampla da questão ambiental, por meio de considerações gerais, posicionamentos científico-ecológicos e éticos. A seguir trata do direito do ambiente, do patrimônio ambiental nacional, cultural e artificial, entre outros. Como a doutrina deve ser exemplificada pela prática e completada pela jurisprudência, estas são o objeto da segunda parte, onde são apresentados casos concretos. A terceira parte, que encerra a obra, é dedicada a um glossário ambiental, que aponta o caminho para uma melhor interpretação dos assuntos tratados.

MFN: 036

PIVA, Rui Carvalho. *Bem ambiental*. São Paulo: Max Limonad, 2000. 179 p.

Descritores: BEM AMBIENTAL; PRESERVAÇÃO; DESMATAMENTO; PROTEÇÃO AMBIENTAL.

Resumo: Apresenta algumas noções jurídicas estabelecidas pela teoria geral do direito, aplicáveis ao direito ambiental, bens jurídicos, bem ambiental e imaterialidade do bem ambiental.

MFN: 037

PRADO, Alessandra Rapassi Mascarenhas. *Proteção penal do meio ambiente: fundamentos*. São Paulo: Atlas, 2000. 224 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; PESSOA JURÍDICA; RESPONSABILIDADE PENAL; NORMA PENAL EM BRANCO.

Resumo: Oferece uma abordagem aprofundada dos princípios, valores e doutrinas que informam a legislação penal ambiental, utilizando-se de uma análise sistemática do direito, inclusive tratando de questões polêmicas sobre o tema. Traz um quadro comparativo com os dispositivos da Lei 9.605 e os da legislação anterior.

MFN: 038

SÉGUIN, Elida. *O direito ambiental: nossa casa planetária*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 472 p.

Descritores: ECOLOGIA; BIODIVERSIDADE; RECURSOS NATURAIS; POLÍTICA AMBIENTAL; RECURSOS HÍDRICOS; POLUIÇÃO; FAUNA; FLORA; CRIME ECOLÓGICO; EDUCAÇÃO AMBIENTAL; GERENCIAMENTO AMBIENTAL.

Resumo: Faz uma revisão crítica das políticas de desenvolvimento econômico, industrial, tecnológico e ambiental, adotadas no decorrer dos últimos anos até o momento histórico-político atual, oferecendo indagações e sugerindo soluções. Propõe um exame de consciência para questionar acerca da sua participação como fator importante para propiciar um desenvolvimento capaz de possibilitar uma estrutura social e estilo de vida cultural no qual cada indivíduo possa alcançar sua auto-realização, viabilizando o futuro sadio do Planeta e da humanidade.

MFN: 039

SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL IMOBILIÁRIO, 2., 1999, São Paulo. *II Seminário de direito ambiental imobiliário*. São Paulo: Centro de Estudos, Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 2000. 261 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL CONGRESSO; DIREITO IMOBILIÁRIO CONGRESSO; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA CONGRESSO.

MFN: 040

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002. 349 p.

Descritores: DIREITO CONSTITUCIONAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; GERENCIAMENTO COSTEIRO.

Resumo: Expõe o direito ambiental no sentido daquilo que se tem chamado meio ambiente natural, dando ao tratamento da matéria a matriz constitucional. Envolve larga conceituação pré-jurídica das ciências biológicas.

MFN: 041

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2000. 455 p.

Descritores: DIREITO URBANO ; URBANISMO LEGISLAÇÃO; PLANEJAMENTO URBANO; SOLO URBANO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PROPRIEDADE URBANA; USO DO SOLO.

Resumo: Discorre sobre o direito urbano brasileiro, abordando aspectos como planejamento urbano, política urbana, meio ambiente, propriedade e proteção ambiental, usos do solo e sua proteção, além de muito mais.

MFN: 042

SOUZA, Motauri Ciochetti de. *Interesses difusos em espécie: temas de direito do consumidor, ambiental e da lei de improbidade administrativa*. São Paulo: Saraiva, 2000. 267 p.

Descritores: INTERESSE DIFUSO; PROIBIDADE ADMINISTRATIVA; IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA; PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR; PATRIMÔNIO CULTURAL; PATRIMÔNIO PÚBLICO.

Resumo: Traz uma análise detalhada dos princípios gerais e constitucionais do direito ambiental e do consumidor, bem como da defesa do patrimônio público, temas que são objeto dos programas de diversos concursos públicos. Apresenta os conceitos, bases legais e principais aspectos dos temas acima citados, interpretando as normas de direito material, fundamentados na moderna doutrina e na mais atualizada jurisprudência. Destina-se aos profissionais que queiram conhecer os princípios gerais

do Direito Ambiental, do Consumidor e da Lei de Improbidade Administrativa, aos estudantes e candidatos de concursos públicos.

MFN: 043

VITTA, Mário Roberto N. *O meio ambiente e a ação popular*. São Paulo: Saraiva, 2000. 88 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS CONSTITUCIONAIS; DANO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); AÇÃO POPULAR.

Resumo: Ressalta a importância do meio ambiente à comunidade tendo em vista as normas constitucionais ligadas ao tema. Destaca os dados jurídicos que todos que atuem no direito devem buscar para dar praticidade às normas existentes no ordenamento.

MFN: 044

WOLFF, Simone. *Legislação ambiental brasileira: grau de adequação à convenção sobre diversidade biológica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000. 88 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; BIODIVERSIDADE.

MFN: 045

FORGHIERI, Celia Cintrão. *A terra gasta: a questão do meio ambiente*. São Paulo: EDUC, 199-? 229 p.

Descritores: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: RIO DE JANEIRO); ECOLOGIA; ECOSSISTEMA; EFEITO ESTUFA; POLUIÇÃO SONORA; FÍSICA NUCLEAR; RADIAÇÃO; EDUCAÇÃO AMBIENTAL; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

MFN: 046

ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. *Direito de propriedade e meio ambiente*. Curitiba: Juruá, 1999. 161 p.

Descritores: DIREITO DE PROPRIEDADE; PLANEJAMENTO URBANO; POLÍTICA URBANA; PROTEÇÃO AMBIENTAL.

Resumo: Analisa a possível conformação do direito de propriedade com a proteção ambiental, a partir das limitações e mudanças de conteúdo impostas àquela em razão desta, e também manifestar através de uma breve amostragem de que maneira os Tribunais vêm se posicionando frente a essa problemática.

MFN: 047

BITTENCOURT, Sidney. *Comentários à nova Lei de Crimes contra o meio ambiente e suas sanções administrativas*: Lei 9.605, de fevereiro de 1998, alterada pela Medida Provisória n. 1.710, de 7 de agosto de 1998. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 1999. 185 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); RESPONSABILIDADE CIVIL.

MFN: 048

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *Função ambiental da propriedade rural*. São Paulo: LTr, 1999. 229 p.

Descritores: DIREITO DE PROPRIEDADE; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA RURAL; PROTEÇÃO RURAL; DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL.

Resumo: Apresentado como tese de mestrado em direito, na Universidade Federal de Santa Catarina, traz quadro sinóptico com espaços territoriais especialmente protegidos, classificação, repercussões no direito de propriedade e fundamento legal.

MFN: 049

CARVALHO, Carlos Gomes de. *Legislação ambiental brasileira: contribuição para um código nacional do ambiente*. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002. 3 v.

Descritores: PACTO AMAZÔNICO; CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA FLORA, DA FAUNA E DAS BELEZAS CÊNICAS NATURAIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA (1940); FLORA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; POLÍTICA AMBIENTAL; FAUNA; RECURSOS NATURAIS; POLUIÇÃO; DANO AMBIENTAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); RESPONSABILIDADE CIVIL; RECURSOS HÍDRICOS.

Resumo: Inclui a relação dos principais acordos internacionais firmados pelo Brasil e textos integrais dos seguintes documentos: Convenção internacional sobre a responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo; Convenção sobre a prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias; Convenção internacional para prevenção da poluição por navios; Convenção sobre a pesca e conservação dos recursos vivos do alto-mar; Tratado de cooperação amazônica; Acordo para a conservação da flora e da fauna dos territórios amazônicos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia; Convenção para proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América; Convenção sobre o comércio internacional das espécies da flora e fauna selvagens em perigo de extinção; Tratado entre Brasil e Argentina para aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados dos trechos limítrofes do Rio Uruguai e de seu afluente, o Rio Periri-guaçu; Acordo entre Brasil e Uruguai sobre cooperação em matéria ambiental; Convenção das Nações Unidas sobre mudança do clima e Convenção das Nações Unidas sobre diversidade biológica. Em apêndice, índice geral da legislação ambiental no Brasil, quadro das modificações e/ou revogações, além de índice cronológico.

MFN: 050

CARVALHO, Érika Mendes de. *Tutela penal do patrimônio florestal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 211 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; TUTELA PENAL; DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; CRIME ECOLÓGICO; RECURSOS FLORESTAIS; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; REFLORESTAMENTO; FLORESTA LEGISLAÇÃO.

Resumo: Analisa questões fundamentais relativas a tema complexo, atual e pouco versado em termos monográficos: a tutela penal do patrimônio florestal brasileiro. A bibliografia apresentada, nacional e estrangeira, é fonte valiosa para futuras pesquisas, tornando a obra de extrema utilidade a todos aqueles que se dedicam ao estudo do direito penal ambiental. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, no Rio Grande do Sul.

MFN: 051

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 3., 1999, São Paulo. *Anais...: a proteção jurídica das florestas tropicais*. São Paulo: IMESP, 1999. 2 v.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL CONGRESSO; FLORESTA TROPICAL PROTEÇÃO.

MFN: 052

DEEBEIS, Toufic Daher. *Elementos de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: LEUD, 1999. 396 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL.

MFN: 053

DIAS, Edna Cardozo. *Manual de crimes ambientais*. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999. 271 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; POLÍTICA AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO.

MFN: 054

JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro, (org.). *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Thex, 1999. 787 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; EDUCAÇÃO AMBIENTAL; FAUNA; FLORA; RECURSOS HÍDRICOS; POLUIÇÃO LEGISLAÇÃO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; MINERAÇÃO; ENERGIA NUCLEAR.

Resumo: Apresenta os textos da Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente, de 16 de junho de 1972, da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 03 a 14 de junho de 1992, Resumo da Agenda 21 e Implementação da Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos, além dos artigos sobre meio ambiente nas Constituições Estaduais dos seguintes Estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo; artigos sobre meio

ambiente nas Leis Orgânicas dos seguintes municípios: Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo; e artigos sobre meio ambiente nos Planos Diretores dos seguintes municípios: Belém, Recife, Rio de Janeiro.

MFN: 055

FARIAS, Paulo José Leite. *Competência federativa e proteção ambiental*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999. 448 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; FEDERALISMO; POLÍTICA AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988); FAUNA; FLORA; RECURSOS HÍDRICOS; PATRIMÔNIO CULTURAL.

Resumo: Originalmente apresentado como tese de mestrado em Brasília.

MFN: 056

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; DIAFÉRIA, Adriana. *Biodiversidade e patrimônio genético no direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Max Limonad, 1999. 254 p.

Descritores: BIODIVERSIDADE; BIOSSEGURANÇA; BIOÉTICA; BIODIREITO; ENGENHARIA GENÉTICA; RECURSOS GENÉTICOS; DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO.

Resumo: Traz legislação sobre acesso a recursos genéticos, biossegurança, e experimentos em seres humanos. Analisa o tema com base nos fatores sociais que demonstram a necessidade de uma construção doutrinária coerente e adequada. Destaca a necessidade do regramento jurídico para coordenar novas relações, que surgiram e surgirão, em face da atuação na Biodiversidade e no patrimônio genético.

MFN: 057

GOMES, Celeste Leite dos Santos Pereira. *Crimes contra o meio ambiente: responsabilidade e sanção penal*. 2. ed., aum. e atual. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 206 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE PENAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO.

Resumo: Trabalho apresentado no I Congresso Interamericano e IX Latino Americano de Direito Penal e criminologia, na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de Buenos Aires, setembro de 1997. Apresenta um estudo comparado sobre o tratamento dado à proteção ambiental no direito de Portugal, Itália, França e Inglaterra. Traz em Anexo a Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente (1972); a Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992) e índice da Agenda 21, com indicações dos artigos onde aparece a palavra responsabilidade.

MFN: 058

GOMES, Sebastião Valdir. *Direito ambiental brasileiro*. Porto Alegre: Síntese, 1999. 336 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; POLUIÇÃO INDUSTRIAL; SOLO URBANO; SAÚDE (POLÍTICA); FLORA; FAUNA; RECURSOS HÍDRICOS; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

Resumo: Trata dos deveres do poder público para com o meio ambiente, bem como da tutela da flora e fauna nacional e da tutela das águas. A temática ambiental vem se estabelecendo como uma das questões mais importantes de nossa época, fazendo-se presente nos espaços da grande imprensa, nas agendas de conferências nacionais e internacionais, de entidades públicas e privadas, e incorporando-se cada vez mais às preocupações gerais da opinião pública, da administração pública, do direito e das ciências em geral, propondo novas tarefas e demandando novas respostas à organização do Estado, da sociedade civil e do direito contemporâneo. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, determinou expressamente, em seu art. 225, parágrafo primeiro, inciso VI, a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Um dos esforços empreendidos, portanto, foi no sentido da realização de uma abordagem sistematizada da tutela jurídica ambiental (constituída por uma ampla composição de leis esparsas), a partir da análise integrada dos diversos institutos e normas que tratam de seu universo temático.

MFN: 059

LEGISLAÇÃO do meio ambiente. São Paulo: LTr, 1999. 496 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; CÓDIGO DE ÁGUAS (1934); CÓDIGO DE CAÇA (1967); CÓDIGO DE MINERAÇÃO (1967); CÓDIGO FLORESTAL (1965); LICENCIAMENTO AMBIENTAL; EMBARCAÇÃO; ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA); EIA; FAUNA; FLORA.

Resumo: Apresenta legislação sobre danos nucleares, embarcações, agrotóxicos e Código de Pesca. Traz o texto do protocolo da Antártida sobre proteção do meio ambiente, apêndice ao protocolo tratando de arbitragem, anexos tratando da avaliação de impacto ambiental, conservação da fauna e da flora da Antártida, espécies especialmente protegidas, iluminação e gerenciamento de resíduos, prevenção da população marinha e Decreto n. 2.742, de 20 de agosto de 1998 que promulga o protocolo ao tratado.

MFN: 060

MARQUES, José Roque Nunes. *Direito ambiental: análise da exploração madeireira na Amazônia*. São Paulo: LTr, 1999. 208 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL AMAZÔNIA ; FLORESTA AMAZÔNICA EXPLORAÇÃO ; FLORESTA AMAZÔNICA PROTEÇÃO ; EXPLORAÇÃO FLORESTAL ASPECTOS JURÍDICOS ; MADEIRA; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Resumo: Discorre sobre a ocupação e o desmatamento da Amazônia brasileira; conceito, natureza jurídica e classificação das florestas em relação à Constituição de 1988 bem como a proteção dos recursos ambientais.

MFN: 061

MORAES, Luís Carlos Silva de. *Código florestal comentado: com as alterações da Lei de Crimes Ambientais, lei n. 9605/98*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 324 p.

Descritores: CÓDIGO FLORESTAL (1965); FLORESTA LEGISLAÇÃO; CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; QUEIMADA.

Resumo: Expõe os princípios da Lei n. 9099/95, que trata do processamento dos crimes florestais, da instituição da pena de perdimento administrativa e das queimadas lícitas e crimes de incêndio, além de trazer como anexo o Código Florestal antigo, Decreto n. 23793, de 23 de janeiro de 1934; o Gráfico de Medida de Áreas Limitrofes a Rios e Lagos; o Decreto n. 1282/94 e o Decreto n. 97635/89.

MFN: 062

OLIVEIRA, Antonio Inagê de Assis. *O licenciamento ambiental*. São Paulo: Iglu, 1999. 262 p.

Descritores: LICENCIAMENTO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; POLÍTICA AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL RELATÓRIO.

MFN: 063

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. *Direito tributário e meio ambiente: proporcionalidade, tipicidade aberta, afetação da receita*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 168 p.

Descritores: DIREITO TRIBUTÁRIO; DIREITO AMBIENTAL IMPOSTOS; PROTEÇÃO AMBIENTAL IMPOSTOS; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO FINANCEIRO.

Resumo: Estudo sobre tributação no direito ambiental comparado na França, Estados Unidos, Suíça e Bélgica. Apresentado originalmente como tese, integra ramos disciplinares separadamente cultivados para trazer uma contribuição vigorosa ao Direito Constitucional, ao Direito Financeiro, ao Direito Tributário e ao Direito Ambiental. Apresenta uma bibliografia com mais de cem títulos, em sua maioria obras dos últimos vinte e cinco anos.

MFN: 064

REBELLO FILHO, Wanderley; BERNARDO, Christianne. *Guia prático de direito ambiental*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. 293 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; POLÍTICA AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; DEFESA AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; CÓDIGO FLORESTAL (1965); ECOLOGIA; DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; TERMINOLOGIA JURÍDICA.

Resumo: Trata a questão ambiental de forma clara e objetiva, com a apresentação de definições jurídicas de itens a ela relacionados. Aborda assuntos como a ecologia, o direito constitucional ambiental, os meios processuais para a defesa do meio ambiente, entre outros. Informa sobre jurisprudência e casos concretos de temas relacionados ao direito ambiental e traz em anexo vocabulário básico, jurisprudência, casos concretos, principais órgãos ambientais, legislação ambiental básica e dicas ambientais.

MFN: 065

RIBAS, Luiz Cesar. *A problemática ambiental: reflexões, ensaios e propostas*. Leme: Led, 1999. 301 p.

Descritores: GERENCIAMENTO AMBIENTAL; AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS ECONÔMICOS; PROTEÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS SOCIAIS; GERENCIAMENTO AMBIENTAL SÃO PAULO (ESTADO); DANO AMBIENTAL; DESAPROPRIAÇÃO; PRESERVAÇÃO PERMANENTE; INDENIZAÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Trata dos processos de gestão ambiental, de avaliação ambiental e de mensuração de danos ambientais; dos novos instrumentos para a gestão ambiental no estado de São Paulo, explorando especificamente o caso da desapropriação de área para fins do estabelecimento de unidades de conservação, e o caso das áreas de proteção de mananciais, áreas de preservação permanente versus vegetação de preservação permanente. Apresenta ainda uma metodologia para o estabelecimento do valor de indenização ambiental; bem como a relação entre meio ambiente e políticas públicas: o ambiente atual para um projeto político, a terceira idade, a cidadania e o meio ambiente.

MFN: 066

RICHTER, Rui Arno. *Meio ambiente cultural: omissão do Estado e tutela judicial*. Curitiba: Juruá, 1999. 157 p.

Descritores: PATRIMÔNIO CULTURAL; BEM AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PRESERVAÇÃO; TUTELA JURISDICIONAL; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; CULTURA ASPECTOS JURÍDICOS.

Resumo: Fruto de pesquisas, aborda o tema da possibilidade de outorga de tutela judicial aos bens de valor cultural assim não reconhecidos por atos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo. Partindo das noções de bem cultural, meio ambiente e Direito Ambiental, discorre acerca da natureza dos bens culturais, da competência para sua promoção e proteção, das formas não judiciais de seu acautelamento e preservação, do caráter difuso da pretensão à tutela de tal categoria de bens em juízo, e reserva capítulo específico para abordar o tema à luz dos princípios do acesso à Justiça e da interdependência dos poderes, indicando os instrumentos processuais aptos à invocação da tutela jurisdicional na hipótese aventada bem como a posição da doutrina e o tratamento dispensado ao tema na jurisprudência.

MFN: 067

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. *Função ambiental da cidade: direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 72 p.

Descritores: DIREITO URBANO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; MUNICÍPIO COMPETÊNCIA; QUALIDADE DE VIDA.

MFN: 068

SÁ, Elida Lúcia Batista; CARRERA, Francisco. *Planeta terra: uma abordagem de direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. 185 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE PENAL; ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA); EIA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; DIREITOS HUMANOS; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; BIODIVERSIDADE; CRIME ECOLÓGICO.

Resumo: Trata da natureza jurídica do meio ambiente sob o enfoque das Constituições brasileiras e sua correlação com outros ramos do direito. Aborda também princípios, crimes ambientais, alguns comentários sobre a nova lei, estudo prévio de impacto ambiental, responsabilidade ambiental, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, ISO, instrumentos da administração na preservação ecológica, planejamento, direito ambiental e direitos humanos, direito ambiental e direito de propriedade, participação da coletividade na preservação ambiental e Carta de Salvador.

MFN: 069

SALLES, Carlos Alberto de. *Execução judicial em matéria ambiental*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. 351 p.

Descritores: QUALIDADE DE VIDA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; EXECUÇÃO DE SENTENÇA; DANO AMBIENTAL; TUTELA JURISDICIONAL ; RESPONSABILIDADE PENAL.

Resumo: Aborda as questões sob as óticas jurídica e política e examina com precisão a execução no direito brasileiro e a tutela mandamental. Parte da primícia de que "para que a atividade judicial cumpra efetivamente seu papel na preservação do patrimônio ambiental do país e na manutenção da qualidade de vida de seus habitantes, não bastam as medidas convencionais, baseadas em provimentos jurisdicionais compensatórios ou indenizatórios. (...) Para exercício de sua função jurisdicional nessa área, impõe-se ao processo a adoção de mecanismos capazes de impor condutas, de maneira a evitar o dano ou reconstituir o bem lesado".

MFN: 070

WAINER, Ann Helen. *Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 128 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL HISTÓRIA; ECOLOGIA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; CRIME ECOLÓGICO.

Resumo: Apresenta um levantamento histórico de legislação ambiental no Brasil, desde as ordenações portuguesas, quando já havia real preocupação com a questão, ressaltando-se a cultura do pau-brasil, até modernamente, com a Lei nº 7.347/85, que cuida da ação civil pública por danos ao meio ambiente. Traz valiosos subsídios para a história do direito ambiental.

MFN: 071

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. *Direito do meio ambiente e participação popular*. 2. ed. Brasília: Ibama, 1998. 158 p.

Descritores: RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; DESMATAMENTO; POLUIÇÃO; AGROTÓXICOS; CONTAMINAÇÃO; ÁGUA; SOLO; POLUIÇÃO SONORA.

Resumo: Fornece subsídios à participação popular na defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme estabelece a Constituição brasileira, considerando questões que abrangem desde o desmatamento, a poluição do ar, o uso indevido de agrotóxicos, a contaminação da água e do solo, a poluição sonora e visual, até problemas sócio-econômicos diretamente ligados à qualidade ambiental, como as doenças causadas pela falta de saneamento básico, a fome, a falta de alternativas de sobrevivência para amplas parcelas da população e o desrespeito aos povos tradicionais, que desenvolvem tecnologias fundamentais à preservação do meio ambiente.

MFN: 072

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Ação civil pública, meio ambiente e terras indígenas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998. 188 p.

Descritores: AÇÃO CIVIL PÚBLICA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO; AUDITORIA AMBIENTAL; CONTROLE AMBIENTAL; DANO AMBIENTAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); PRIVATIZAÇÃO; ÍNDIO; DEMARCAÇÃO DE TERRAS.

Resumo: Estudo comparado sobre o tratamento dado à proteção ambiental no direito dos Estados Unidos, Austrália, México e Bolívia. Traz casos concretos de ação civil pública: caso metanol, projeto rio orla, linha vermelha e mico leão dourado. Além da exposição técnica sobre a ação civil pública, reúne comentários sobre hipóteses reais de sua aplicação. Aborda também temas como auditoria ambiental, controle ambiental pela qualidade, suspensão da aplicação de penas administrativas ante a manifestação de vontade de reparar o dano ambiental, interdição de atividade industrial por autoridade policial, privatização e proteção ambiental, além de enfatizar temas diversos na área do Direito Indigenista.

MFN: 073

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Bibliografia sobre direito ambiental*. Brasília: CJF, 1998. 54 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL BIBLIOGRAFIA; PROTEÇÃO AMBIENTAL BIBLIOGRAFIA.

MFN: 074

DICIONÁRIO de direito ambiental: terminologia das leis do meio ambiente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. 509 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA LÍNGUA PORTUGUESA; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA língua INGLESA; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA língua ESPANHOLA; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; TERMINOLOGIA JURÍDICA.

Resumo: Com dois mil verbetes, com termos equivalentes em espanhol e inglês, cobre 64 anos de produção legislativa brasileira (1934 a 1998) e a Lei de Base do Ambiente de Portugal e sua legislação complementar. Conserva as definições do legislador e acrescenta outras informações. Acompanhado de CD. Prefácio de Geraldo Brindeiro.

MFN: 075

FREITAS, Vladimir Passos de; GRAF, Ana Cláudia Bento (coord.). *Direito ambiental em evolução*: n. 1. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 398 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLUIÇÃO HÍDRICA; CRIME ECOLÓGICO ESTADOS UNIDOS; CRIME ECOLÓGICO; RESPONSABILIDADE PENAL; POLUIÇÃO; HIDRELÉTRICA; CÓDIGO FLORESTAL (1965); MINERAÇÃO; DIREITO PENAL AMBIENTAL.

Resumo: Abrange temas diversos: o direito a informação ambiental; a proteção do meio ambiente e a responsabilidade penal da pessoa jurídica; a importância e proteção jurídica; a gestão dos recursos hídricos após a lei 9.433/97; perícia multidisciplinar no direito ambiental; o crime de poluição; interpretação judiciária da norma ambiental; a construção de barragens para aproveitamento hidrelétrico; as reservas particulares e legais do código florestal e sua averbação no registro de imóveis; meio ambiente e mineração; legitimidade das sanções administrativas; entre outros.

MFN: 076

FREITAS, Vladimir Passos de. *Direito administrativo e meio ambiente*. 3. ed., rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2001. 210 p.

Descritores: DIREITO ADMINISTRATIVO; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; DANO AMBIENTAL; CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE; CONAMA; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; IBAMA.

Resumo: Apresenta uma introdução ao dano ambiental; o ordenamento jurídico brasileiro no direito comparado; a organização administrativa brasileira; instrumentos preventivos; infrações administrativas; sanções administrativas; defesa perante a administração e em juízo; posição dos tribunais, modelos e legislação.

MFN: 077

GOMES, Celeste Leite dos Santos Pereira; SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Crimes contra o meio ambiente*: responsabilidade e sanção penal. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. 90 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; RESPONSABILIDADE PENAL; DIREITO PENAL AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO.

Resumo: Trabalho apresentado no I Congresso Interamericano e IX Latino Americano, na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de Buenos Aires, setembro de 1997. Apresenta um estudo comparado sobre proteção ambiental em Portugal, Itália, França e Inglaterra.

MFN: 078

AGUIAR, Paulo Roberto Moraes de; SOUZA, João Batista Soares de. *Legislação do meio ambiente*: atos internacionais e normas federais. 4. ed. atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1998. 2 v.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO ; CÓDIGO FLORESTAL (1965); CÓDIGO DE MINERAÇÃO (1967).

Resumo: Abrange os dispositivos da Constituição Federal, atos internacionais, leis, decretos-leis, decretos e índice temático.

MFN: 079

MAGALHÃES, Juraci Perez. *A evolução do direito ambiental no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 76 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL HISTÓRIA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Discorre sobre épocas e civilizações onde foram assentadas as bases da atual legislação ambiental e guia até o ordenamento legal vigente no Brasil e no exterior.

MFN: 080

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Impacto ambiental: aspectos da legislação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 108 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA); RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA); EIA; RIMA; POLÍTICA AMBIENTAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Resumo: Analisa os principais aspectos da legislação brasileira sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), com amparo na doutrina especializada e na jurisprudência dos tribunais estaduais e federais e das Cortes Superiores de Justiça. São abordados, entre outros temas, os do EIA como instrumento da política nacional do meio ambiente, da evolução legislativa da matéria, da noção de impacto ambiental, do momento da realização do EIA e do seu conteúdo, das atividades, obras e empreendimentos submetidos a tal modalidade de estudo, da incumbência pela realização do EIA, do relatório de impacto ambiental (RIMA), da publicidade do EIA/RIMA e sua discussão em audiências públicas, da análise e aprovação do estudo e sua influência no licenciamento de empreendimentos potencialmente degradadores, do EIA relativo aos empreendimentos sujeitos a procedimento licitatório e do EIA relacionado aos empreendimentos do setor elétrico.

MFN: 081

MUKAI, Toshio. *Direito ambiental sistematizado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 214 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Trata do direito ambiental internacional, destacando princípios, doutrina, normas e eventos mais importantes. Compara o direito ambiental no Brasil, França, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Chile, Colômbia, México, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suécia, Polônia, Turquia, Marrocos, Grécia, Israel e Argentina.

MFN: 082

VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. *O novo em direito ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. 288 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; DEFENSIVO AGRÍCOLA ZONA RURAL; POLÍTICA AMBIENTAL; AGROTÓXICOS; RESPONSABILIDADE PENAL; DIREITO PENAL AMBIENTAL; AMBIENTE DO TRABALHO; PRESERVAÇÃO; TURISMO ASPECTOS JURÍDICOS; ECOLOGIA; BIOTECNOLOGIA; BIODIREITO; BIOGENÉTICA.

Resumo: Aborda os seguintes temas: a responsabilidade penal das pessoas jurídicas e o direito ambiental, a pena alternativa no crime ambiental, direito ambiental e meio ambiente do trabalho, atividade turística, preservação, urbanismo e a ecologia da paisagem, erosão da biodiversidade e gestão patrimonial das interações sociedade-natureza, oportunidades e riscos da inovação biotecnológica e o novo direito da biogenética.

MFN: 083

SAMPAIO, Francisco José Marques. *Responsabilidade civil e reparação de danos ao meio ambiente: atualizado de acordo com a lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. 278 p.

Descritores: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); PROTEÇÃO AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO; DANO AMBIENTAL.

Resumo: Estudo sobre a responsabilidade civil por danos ambientais no direito da Espanha, Itália, França, Japão, Portugal, Estados Unidos, extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Alemanha. Anexa a Declaração de Limoges, diretrizes do Conselho da Comunidade Européia.

MFN: 084

SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Tutela penal do meio ambiente: breves considerações atinentes à lei n. 9.605, de 12-2-1998*. São Paulo: Saraiva, 1998. 159 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE PENAL; TUTELA PENAL; FAUNA; FLORA; POLUIÇÃO; PATRIMÔNIO CULTURAL.

Resumo: Traz comentários sobre a tutela penal constitucional; direito penal ambiental; breves anotações aos tipos penais específicos: crimes contra a fauna, crimes contra a flora, poluição e outros crimes ambientais; crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; crimes contra a administração ambiental; jurisprudência atinente aos crimes em espécies; modelos de denúncias e legislação citada.

MFN: 085

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de (coord.). *Temas de direito ambiental e urbanístico*. São Paulo: Max Limonad, 1998. 361 p.

Descritores: DIREITO URBANO; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; CONFLITO DE VIZINHANÇA; LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

Resumo: Coletânea de estudos de direito ambiental e urbanístico, promovida pelo Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Reúne textos de proeminentes autores, como Odete Medauar; Ada Pellegrini Grinover; Cristiane Derani; Guilherme José Purvin de Figueiredo e muito mais.

MFN: 086

A CAMINHO da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997. 228 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; FINANCIAMENTO; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; POLÍTICA HABITACIONAL; POLÍTICA EDUCACIONAL; POLÍTICA ECONÔMICA; POLÍTICA PESQUEIRA; REFORMA AGRÁRIA.

Resumo: Inclui os textos da Convenção quadro das Nações Unidas sobre mudança de clima; da Convenção de combate a desertificação, da Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio; do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio; da Convenção de Basileia sobre movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos; da Convenção de Londres sobre prevenção da poluição; da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar; da Convenção sobre diversidade biológica; da Convenção de Ramsar e da Palestra do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Reunião Rio 5, Rio de Janeiro, RJ, 18.03.97.

MFN: 087

ALVARENGA, Octavio J. Mello. *Política e direito agroambiental: comentários à nova lei de reforma agrária: lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 368 p.

Descritores: REFORMA AGRÁRIA; DIREITO AGRÁRIO; POLÍTICA AGRÁRIA; POLÍTICA AMBIENTAL; PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL; DESAPROPRIAÇÃO.

Resumo: Contém apêndices sobre usucapião especial, justiça agrária, lei n.8.629/93 e lei complementar n.76/93.

MFN: 088

DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. São Paulo: Max Limonad, 2001. 302 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; POLÍTICA SOCIAL; DIREITO ECONÔMICO; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

Resumo: Aborda o direito econômico e o direito ambiental sob uma perspectiva política, econômica e ambiental. Analisa a política social e a prática do direito ambiental sob o aspecto constitucional da compatibilidade de desenvolvimento da atividade econômica com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

MFN: 089

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de direito ambiental e legislação aplicável*. São Paulo: Max Limonad, 1997. 577 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; POLÍTICA AMBIENTAL; POLUIÇÃO DO AR; POLUIÇÃO HÍDRICA; POLUIÇÃO SONORA; CONTAMINAÇÃO RADIOATIVA; RESÍDUOS SÓLIDOS.

Resumo: Aborda questões que vão desde o direito público ao direito privado. Trata-se de uma temática atual sobre direito ambiental enriquecida com toda a legislação aplicável, reunidos em um único volume, que vem suscitando debates polêmicos na sociedade e, por isso mesmo, tem estimulado um interesse crescente no meio acadêmico, cuja demanda de material bibliográfico tem sido cada vez maior.

MFN: 090

GUERRA, Isabella Franco. *Ação civil pública e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 104 p.

Descritores: AÇÃO CIVIL PÚBLICA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; CLASS ACTIONS.

Resumo: Apresenta diversos aspectos da ação civil pública em meio ambiente no Brasil. Inclui citações em inglês com tradução das "class actions" ou ações de classes do direito norte-americano.

MFN: 091

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Atividade agrária e proteção ambiental: simbiose possível*. São Paulo: Cultural Paulista, 1997. 140 p.

Descritores: DIREITO AGRÁRIO; EXTRATIVISMO; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; BORRACHA; CASTANHA-DO-PARÁ; MADEIRA; PRESERVAÇÃO; RECURSOS NATURAIS.

Resumo: Define o extrativismo no direito agrário brasileiro, a atividade agrária e os grandes produtos extrativos vegetais brasileiros como: borracha, castanha-do-pará, gomas não-elásticas, madeiras, sementes oleaginosas, ceras, sementes e folhas alimentícias, tanantes e painas. Aborda o direito agrário e os seus mecanismos para a conservação e a preservação do meio ambiente, o clássico instituto da propriedade agrária visto pelo moderno angulo constitucional e os recursos naturais renováveis.

MFN: 092

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. *Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção*. São Paulo: LTr, 1997. 117 p.

Descritores: AMBIENTE DO TRABALHO; CONDIÇÕES DE TRABALHO; SAÚDE OCUPACIONAL; DOENÇA PROFISSIONAL; LESÃO POR ESFORÇO REPETITIVO; LER; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

Resumo: Discorre sobre o meio ambiente do trabalho e a Constituição de 1988, sobre o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o art. 7, XXIII, da Carta Magna, sobre as cartas estaduais e a legislação infraconstitucional de proteção ao ambiente de trabalho, sobre o meio ambiente

do trabalho e globalização e sobre o complexo petroquímico de Camaçari. Abrange ainda as doenças ocupacionais: o benzenismo, as Lesões por Esforço Repetitivos (LER), a disacusia neurossensorial e as dermatoses ocupacionais.

MFN: 093

LEITE, Jose Rubens Morato; OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebiades (orgs.). *Cidadania coletiva*. Florianópolis: Pararelo 27, 1996. 286 p.

Descritores: DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS; INTERESSE DIFUSO; CIDADANIA.

MFN: 094

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; RODRIGUES, Marcelo Abelha; NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade. *Direito processual ambiental brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 279 p.

Descritores: AÇÃO CIVIL PÚBLICA; AÇÃO POPULAR; MANDADO DE INJUNÇÃO; DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; INTERESSE COLETIVO; MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO; BEM AMBIENTAL.

Resumo: Discorre sobre bens ambientais, instrumentos de tutela ambiental, direitos difusos, as ações coletivas e instrumentos processuais constitucionais de tutela ambiental, mandado de segurança coletivo ambiental, ação popular ambiental e mandado de injunção ambiental.

MFN: 095

SANTOS, Pedro Sérgio dos. *Crime ecológico: da filosofia ao direito*. Goiânia: UFG, 1996. 115 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; DIREITO PENAL AMBIENTAL; POLUIÇÃO; PRESERVAÇÃO; RESPONSABILIDADE PENAL.

Resumo: Aborda a visão cosmológica (do fenômeno grego a construção); a cultura e destruição na morte do habitat humano; os efeitos da poluição e a cultura da preservação; o crime ecológico no Brasil: sob a dominação portuguesa e espanhola e a legislação penal ambiental. Traz algumas alternativas e concepções de pena.

MFN: 096

ALENCAR, Gisela S. de. *Mudança ambiental global e a formação do regime para proteção da biodiversidade*. Brasília: UnB; Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais, 1995. 179 p.

Descritores: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO); UNESCO; CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: RIO DE JANEIRO); CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE (1972: ESTOCOLMO); CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (1994: NASSAU - BAHMAS); PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL; BIODIVERSIDADE; PROTEÇÃO AMBIENTAL

TRATADO; RELAÇÕES INTERNACIONAIS; POLÍTICA INTERNACIONAL; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

Resumo: Apresentado como dissertação de mestrado na Universidade de Brasília em 1995. Aborda a problemática da formação de regimes em relações internacionais; a importância crescente da questão ambiental na agenda internacional, desde a proteção dos pássaros na Europa (1902) até a proteção do ambiente na Antártida (1991); a mudança ambiental global e o regime do ozônio (1985-94); a mudança ambiental global no contexto da Conferência do Rio: Agenda 21, Declaração do Rio, Declaração de princípios sobre florestas e fóruns; entre outros.

MFN: 097

ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA, 1., 1994, Manaus. *I Encontro de juizes federais da região amazônica*, Manaus, 1. a 05.11.1994. Brasília: Tribunal Regional Federal, 1. Região, 1995. 286 p.

Descritores: JUIZ FEDERAL CONGRESSO AMAZÔNIA; RESERVA INDÍGENA AMAZÔNIA; ZONA FRANCA DE MANAUS; GARIMPAGEM AMAZÔNIA; POLÍTICA AMBIENTAL; MADEIRA; ÍNDIO; TRÁFICO ILÍCITO; NARCOTRÁFICO.

Resumo: Discorre sobre aspectos relevantes da Amazônia e fatos ocorridos na região, como: Zona Franca de Manaus; política e estratégia para a Amazônia; legislação ambiental e a questão amazônica; as dificuldades dos índios Parecis; a exploração madeireira em áreas indígenas; a invasão de reservas indígenas por agrupamentos de não-índios; direitos indígenas; garimpagem ilegal em terras indígenas; tráfico ilícito de entorpecentes e narcotráfico.

MFN: 098

FERREIRA, Ivette Senise. *Tutela penal do patrimônio cultural*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. 125 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; PATRIMÔNIO CULTURAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988); CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO; TUTELA PENAL; DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL.

Resumo: Trata-se de trabalho de caráter nitidamente interdisciplinar, que cuida, além da tutela do patrimônio cultural, da tutela do ambiente, lato sensu. Aspectos constitucional, civil, processual, penal e internacional são abordados de forma concisa e direta.

MFN: 099

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Jurisprudência ambiental brasileira*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1995. 144 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; PATRIMÔNIO CULTURAL JURISPRUDÊNCIA; FAUNA JURISPRUDÊNCIA; FLORA JURISPRUDÊNCIA; PODER DE POLÍCIA JURISPRUDÊNCIA; POLUIÇÃO JURISPRUDÊNCIA; RECURSOS NATURAIS JURISPRUDÊNCIA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA DIREITO COMPARADO FRANÇA ITÁLIA ESTADOS UNIDOS; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA DIREITO COMPARADO.

Resumo: Compila jurisprudências dos principais tribunais brasileiros em torno de temas ligados ao direito ambiental, tais como ação civil pública, bens culturais, delitos ambientais, fauna e flora, poder de polícia, poluição, recursos naturais e terras indígenas, todos com comentários do autor.

MFN: 100

BASSO, Maristela. *Mercosul: seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos estados-membros*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 444 p.

Descritores: MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL); MERCOSUL; RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS; INTEGRAÇÃO ECONÔMICA; DIREITO ECONÔMICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO; DIREITO COMUNITÁRIO.

Resumo: Trata do Mercado Comum do Sul, que altera as estruturas jurídicas, econômicas e políticas tradicionais dos Estados-Membros. Apresenta em anexo as decisões, resoluções, diretrizes e legislação fundamental do Mercosul, principalmente relacionadas ao direito ambiental.

MFN: 101

ROMERO, Marcos Augusto. *Aspectos jurídicos concernentes ao uso e preservação do meio ambiente*. João Pessoa: Ibama, 1995. 78 p.

Descritores: LICENCIAMENTO AMBIENTAL; PATRIMÔNIO CULTURAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE PENAL; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Traz noções de meio ambiente, noções de direito ambiental, as normas jurídicas legais, a política nacional do meio ambiente e o sistema nacional do meio ambiente. Apresenta as ações concretas na aplicação da legislação do sistema de licenciamento e do sistema corretivo, as penalidades administrativas, as sanções penais e a responsabilidade civil na ação civil pública.

MFN: 102

SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL IMOBILIÁRIO, 1995, São Paulo. *Seminário de Direito Ambiental Imobiliário*. São Paulo: Procuradoria Geral do Estado, Centro de Estudos, 1995. 138 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL CONGRESSO; DIREITO IMOBILIÁRIO CONGRESSO; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA CONGRESSO.

MFN: 103

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Direito ambiental internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Thex, Biblioteca Universidade Estácio de Sá, 2002. 249 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: RIO DE JANEIRO); CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE (1972: ESTOCOLMO).

Resumo: Discorre sobre diversos aspectos relacionados aos tratados multilaterais sobre o meio ambiente em vigor no Brasil, sobre a declaração de Estocolmo sobre meio ambiente (1972), a declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento (1992), a convenção sobre mudança de clima (1992) e a convenção sobre diversidade biológica (1992).

MFN: 104

SOUZA, Marcelo Gomes de. *Direito urbanístico e meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. 181 p.

Descritores: MINERAÇÃO; DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; RECURSOS MINERAIS APROVEITAMENTO; PODER DE POLÍCIA; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

MFN: 105

FARIAS, Bernadete Ferreira. *Zonas de proteção: novas limitações ao direito de propriedade*. São Paulo: Obra Jurídica, 1994. 76 p.

Descritores: DIREITO DE PROPRIEDADE; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PATRIMÔNIO CULTURAL; BEM AMBIENTAL; TOMBAMENTO; PROCESSO ADMINISTRATIVO; POLÍTICA AMBIENTAL.

MFN: 106

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Estudos de direito ambiental*. São Paulo: Malheiros, 1994. 166 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL AMÉRICA LATINA; CRIME ECOLÓGICO; USINA HIDRELÉTRICA; DIREITO DE PROPRIEDADE; PROTEÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO.

MFN: 107

BENJAMIN, Antonio Herman V; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Dano ambiental: prevenção, reparação e repressão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 470 p.

Descritores: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; ADMINISTRAÇÃO DE RISCO AMBIENTAL; POLÍTICA AMBIENTAL; DANO AMBIENTAL; TOMBAMENTO; PATRIMÔNIO CULTURAL; PRESERVAÇÃO.

Resumo: Coletânea de textos que tratam de diversos temas relacionados ao dano ambiental, como: propriedade, ordem econômica e dano ambiental, competência legislativa concorrente, meio-ambiente urbano no Brasil, tombamento e patrimônio cultural, responsabilidade civil e meio-ambiente, crime ecológico e sua competência jurisdicional, sanções administrativas e meio-ambiente, mata atlântica e sua legislação protetora, as organizações não governamentais e a legislação ambiental e a Fundação SOS Mata Atlântica.

MFN: 108

MILARÉ, Édís; BENJAMIN, Antonio Herman V. *Estudo prévio de impacto ambiental: teoria, prática e legislação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 245 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA); EIA.

MFN: 109

SAMPAIO, Francisco José Marques. *Meio ambiente no direito brasileiro atual*. Curitiba: Juruá, 1993. 99 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; EDUCAÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE PENAL; ECONOMIA.

Resumo: Aborda três temas básicos, a previsão constitucional do direito ao equilíbrio ambiental, o meio ambiente como bem de uso comum dos povos e os deveres do poder público, suas atividades econômicas e a preservação do meio ambiente.

MFN: 110

SEMINÁRIO SOBRE DIREITO AMBIENTAL, 1., 1991, Franca. *Anais...*: 21 a 24 de outubro de 1991. Franca: UNESP, 1993. 125 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL CONGRESSO

MFN: 111

SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS, 1991, São Paulo. *Avaliação de impacto ambiental: situação atual e perspectivas: simpósio: textos apresentados e debates*. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1993. 166 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL CONGRESSO; DIREITO AMBIENTAL CONGRESSO ; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONGRESSO; AIA; AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL COMPARADO.

Resumo: O simpósio procurou fazer um balanço do quadro atual da avaliação de impacto ambiental (AIA) no Brasil, no estado de São Paulo, no Quebec, na Bélgica, na Itália e a avaliação ambiental no financiamento de projetos.

MFN: 112

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. *Espaços ambientais protegidos e unidades de conservação*. Curitiba: Universitária Champagnat, 1993. 78 p.

Descritores: CONSERVAÇÃO DA NATUREZA; RESERVA ECOLÓGICA ; PARQUE CONSERVAÇÃO ; ESTAÇÃO ECOLÓGICA ; RESERVA BIOLÓGICA ; PRESERVAÇÃO.

MFN: 113

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direitos humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993. 351 p.

Descritores: DIREITOS HUMANOS; DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO; DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL ; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; PROTEÇÃO INTERNACIONAL; MINORIA; REFUGIADO.

Resumo: Discorre sobre a proteção do meio ambiente e o direito internacional dos refugiados; o meio ambiente e desenvolvimento; a preocupação com a proteção do meio ambiente no domínio do direito internacional humanitário; a proteção de grupos vulneráveis na confluência do direito internacional dos direitos humanos e do direito ambiental internacional.

MFN: 114

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência*. 2. ed. atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. 399 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; POLÍTICA AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; PRESERVAÇÃO.

Resumo: Apresenta os artigos da Constituição Federal e das Constituições Estaduais concernentes ao meio ambiente, comentados.

MFN: 115

COSTA, Maria Diana Braga; RAMOS, Oldon Costa. *Ecologia e meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 1992. 2 v.

Descritores: ECOLOGIA; DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO.

Resumo: Contém a consolidação da legislação sobre ecologia e meio ambiente, incluindo leis, decretos-leis, decretos, resoluções e portarias.

MFN: 116

PINTO, Waldir de Deus; ALMEIDA, Marília de. *Resoluções Conama: 1984 a 2002*. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2002. 979 p.

Descritores: CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE; CONAMA RESOLUÇÃO; CONAMA; POLÍTICA AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

Resumo: Reúne, num só fascículo, as Resoluções do CONAMA editadas no período de 1984 a 2002, representando um ganho para o meio ambiente na divulgação das normas ambientais, da política nacional do meio ambiental, fundamentadas na Constituição Federal Brasileira de 1988. As Resoluções foram agrupadas com anotações dos índices remissivo, alfabético e cronológico, de forma que o usuário tenha em mãos uma ferramenta prática de uso nas suas pesquisas das normas do CONAMA.

MFN: 117

CORDEIRO, Antonio José. *Guia prático de direito penal ambiental*. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 74 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; BEM AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; TUTELA PENAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO RIO DE JANEIRO (ESTADO).

Resumo: Trata dos bens ambientais tutelados e condutas proibidas; das unidades de conservação e áreas protegidas no estado do Rio de Janeiro; dos órgãos de proteção ao meio ambiente e as infrações penais ambientais específicas; das infrações penais ambientais genéricas e apresenta um mapa da incidência de infrações ambientais no estado do Rio de Janeiro. Inclui um glossário ambiental.

MFN: 118

NEVES, Estela; TOSTES, André. *Meio ambiente: a lei em suas mãos*. Petrópolis: Vozes, 1992. 87 p.

Descritores: AUDITORIA AMBIENTAL; BIODIVERSIDADE; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

MFN: 119

PRADO, Luiz Regis. *Direito penal ambiental: problemas fundamentais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. 110 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; PROTEÇÃO AMBIENTAL; DIREITO PENAL AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

MFN: 120

NEVES, Estela; TOSTES, André. *Meio ambiente: aplicando a lei*. Petrópolis: Vozes, 1992. 79 p.

Descritores: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL.

MFN: 121

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1992, Belém. *Anais...* Belém: PRODEPA, 1992. 393 p.

Descritores: AMAZÔNIA; PROTEÇÃO AMBIENTAL AMAZÔNIA; DESMATAMENTO AMAZÔNIA; DIREITO AMBIENTAL AMAZÔNIA; RECURSOS HÍDRICOS; MADEIRA; DESMATAMENTO; PRESERVAÇÃO.

Resumo: Discorre sobre o ambiente nas comunidades urbanas; a utilização dos recursos hídricos e minerais; o patrimônio sociocultural, biológico e os recursos genéticos; o desmatamento na Amazônia;

o uso alternativo da terra; o papel das instituições governamentais e não governamentais de ciência, tecnologia e desenvolvimento na questão ambiental; as comunidades rurais e os conflitos agrários e as unidades de conservação e reservas indígenas.

MFN: 122

ZUCCA, Aldo Jacomo. *O direito da terra rumo a um direito internacional ambiental efetivo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992. 85 p.

Descritores: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; LICENCIAMENTO AMBIENTAL; PLANEJAMENTO URBANO.

MFN: 123

CARVALHO, Carlos Gomes de. *Introdução ao direito ambiental*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Letras e Letras, 2001. 330 p.

Descritores: PROTEÇÃO AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; FAUNA; FLORA; DIREITO PENAL AMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL; POLÍTICA AMBIENTAL; POLUIÇÃO INDUSTRIAL; QUALIDADE DE VIDA.

Resumo: Trata da legislação nacional sobre a política nacional do meio ambiente, sobre poluição industrial, sobre atividade urbana e sobre água, fauna e flora. Apresenta, de forma didática, uma síntese da evolução histórica da legislação de proteção aos recursos naturais, abordando de modo amplo a gênese dessa nova disciplina jurídica, mostrando seus fundamentos teóricos e conceituando-a em profundidade e consistência. Debate em torno de sua autonomia científica e defende a necessidade da codificação da legislação ambiental, constitui-se igualmente uma reflexão crítica sobre os valores de uma sociedade extremamente antropocêntrica, marcada pelo egoísmo social, que tem priorizado a exploração desmedida dos recursos naturais (em busca do lucro financeiro) em detrimento da qualidade de vida.

MFN: 124

CARVALHO, Carlos Gomes de. *Dicionário jurídico do ambiente*. 2. ed. São Paulo: Letras e Letras, 2002. 360 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; TERMINOLOGIA JURÍDICA; ECOLOGIA TERMINOLOGIA.

MFN: 125

ARAÚJO, Lilian Alves de. *Ação civil pública ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. 281 p.

Descritores: AÇÃO CIVIL PÚBLICA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA ESTUDO DE CASO RIO DE JANEIRO (RJ); PROTEÇÃO AMBIENTAL; DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; GESTÃO AMBIENTAL; PERÍCIA AMBIENTAL.

Resumo: Apresenta a fundamentação teórica sobre proteção ambiental e ação civil pública ambiental. Traz em anexo a Lei federal n. 7.347, de 24-7-1985; a lista de 123 ações civis públicas ambientais do Município do Rio de Janeiro, destacando-se 52 ações com deferimento de perícia ambiental.

MFN: 126

MATTOS, Adherbal Meira. *Direito, soberania e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 180 p.

Descritores: SOBERANIA; MAR TERRITORIAL; MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL); MERCOSUL; DEFESA AMBIENTAL; FORÇAS ARMADAS; GLOBALIZAÇÃO; DÍVIDA EXTERNA.

Resumo: Coletânea de conferências, pareceres e artigos que apresenta o direito, a soberania e o meio ambiente de forma objetiva e abrangente. Analisa e sintetiza temas como: globalização e soberania; mar territorial brasileiro; Amazônia; Mercosul; direito comunitário; dívida externa; problemática da Iugoslávia e muito mais.

MFN: 127

OLIVEIRA, Helli Alves de. *Da responsabilidade do estado para danos ambientais*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

Descritores: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO; RESPONSABILIDADE CIVIL; DANO AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL.

MFN: 128

MAGALHÃES, Juraci Perez. *Comentários ao código florestal*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001. 296 p.

Descritores: CÓDIGO FLORESTAL (1965); CÓDIGO FLORESTAL (1965) COMENTÁRIOS; FLORESTA.

Resumo: Calcada em rica pesquisa da legislação específica e valorizada pela vasta bibliografia consultada e pela atualizada jurisprudência citada, discute com detalhe cada artigo comentado, dando ênfase aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 15º, 16º, 18º, 19º, 20º, 21º e 44º pelo que eles representam para a legislação ambiental em geral e para a legislação florestal em particular.

MFN: 129

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. *Economia ambiental: gestão de custos e investimentos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. 180 p.

Descritores: ECONOMIA AMBIENTAL; GESTÃO DE CUSTOS; GESTÃO DE INVESTIMENTOS.

Resumo: Dirigida aos estudantes e profissionais ligados à implantação de projetos ambientais, aborda a crescente importância de realizar melhorias de desempenho ambiental nas empresas e outras

organizações, propõe alguns métodos para implantar sistemas de identificação e controle dos custos ambientais e mostra algumas formas de gerenciar o empreendimento, incluindo análises econômicas.

MFN: 130

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de. *Qualidade e gestão ambiental*. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 360 p.

Descritores: GESTÃO AMBIENTAL; QUALIDADE AMBIENTAL; ISO; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO; NORMA ISO 14.001; QUALIDADE DE VIDA; AUDITORIA AMBIENTAL; POLUIÇÃO.

Resumo: Apresenta informações sobre a questão ambiental, no mundo e no Brasil, em particular. A partir de um histórico sobre essa questão, mostra as vantagens competitivas ganhas pelas empresas ao melhorarem seu desempenho ambiental. Após apresentar as Normas da série ISO 14.001, se transforma em um verdadeiro manual sugerindo ações para uma implantação eficiente da Norma ISO 14.001, com o uso de ferramentas simples, porém de grande sucesso, empregadas na implantação de sistemas da qualidade. Contém tópicos especiais sobre planejamento estratégico, análises de risco e auditorias, além da questão de rotulagem ambiental, programas específicos de uso racional da água e da energia, e tecnologias visando reduzir a poluição. Apresenta um anexo sobre Conceitos Básicos de Ecologia, e outro, que sumariza os principais dispositivos da legislação ambiental brasileira. Indica 170 sites e artigos na Internet, com seus endereços eletrônicos, contendo farto material sobre assuntos correlatos ao livro.

MFN: 131

MEDAUAR, Odete. *Coletânea de legislação de direito ambiental e Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 766 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; CÓDIGO FLORESTAL (1965); CÓDIGO DE MINERAÇÃO (1967); EDUCAÇÃO AMBIENTAL; PATRIMÔNIO GENÉTICO; CÓDIGO DE ÁGUAS (1934); CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988).

Resumo: Traz a Constituição Federal na íntegra e farta legislação de direito ambiental criteriosamente selecionada. Atualizado até 08.01.2002, aborda, entre outros temas, águas, código de minas, código florestal, crimes ambientais, educação ambiental, estatuto da cidade, parcelamento do solo, patrimônio genético, patrimônio natural, histórico e artístico, política nacional do meio ambiente e unidades de conservação. Conta ainda com facilidades exclusivas, como tarjas laterais, que identificam cada seção; índices completos (sistemático, cronológico e alfabético-remissivo) e notas remissivas que facilitam a pesquisa.

MFN: 132

MUKAI, Toshio. *Direito urbano-ambiental brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2002. 350 p.

Descritores: DIREITO URBANO; ESTATUTO DA CIDADE; DIREITO DE SUPERFÍCIE; POLÍTICA URBANA; URBANISMO.

Resumo: Rica em doutrina e jurisprudência sobre todos os aspectos do direito urbanístico e sobre alguns do direito ambiental. Atualizada e revisada com a Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).

MFN: 133

SIRVINSKAS, Luis Paulo. *Manual de direito ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2002. 378 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO ; ADIN; AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADIN); POLUIÇÃO HÍDRICA; PATRIMÔNIO GENÉTICO; TUTELA CONSTITUCIONAL; TUTELA PENAL; TUTELA ADMINISTRATIVA; AÇÃO CIVIL PÚBLICA; DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL; POLUIÇÃO SONORA; PRESERVAÇÃO; FAUNA; FLORA.

Resumo: Em linguagem didática, aborda o direito ambiental de forma abrangente, traçando desde noções introdutórias até aspectos do direito processual. Dividida em duas partes, a primeira cuida do direito material examinando princípios, tutela constitucional, civil, administrativa, penal e internacional do meio ambiente, poluição hídrica, sonora, visual e poluição do solo, áreas de preservação ambiental, tutela do patrimônio genético, da zona costeira e do meio ambiente do trabalho. A segunda parte trata dos aspectos processuais, trazendo a ação civil pública em matéria ambiental, ação civil de responsabilidade por improbidade, além de outros instrumentos como Adin, ação popular, mandado de segurança e mandado de injunção. Ao final, o autor apresenta uma lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção.

MFN: 134

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. *Direito ambiental na sociedade de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 316 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL HISTÓRIA; DIREITO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; TECNOLOGIA; DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL; CIDADANIA; SOCIEDADE.

Resumo: Apresenta uma sólida revisão histórica da noção de direito do ambiente e uma amostra exemplar de jurisprudência sobre o tema, onde se observa que o avanço tecnológico traz em seu bojo não apenas o desenvolvimento desejado, mas também problemas que devem ser resolvidos. Apesar de sua relevância, tanto para a atual geração como também para as futuras, as tentativas para se obter tal solução só vieram a ter um tratamento mais sistemático com o advento da Carta Constitucional de 1988.

MFN: 135

MILARÉ, Edis; COSTA JUNIOR, Paulo José da. *Direito penal ambiental: comentários à lei 9605/98*. Campinas: Millennium, 2002. 324 p.

Descritores: AQUECIMENTO GLOBAL; EFEITO ESTUFA; PETRÓLEO; QUEIMADA; POLUIÇÃO; SOL; ENERGIA; DANO AMBIENTAL; ÉTICA.

Resumo: Revela os aspectos éticos da defesa do ambiente, em virtude dos acontecimentos recentes. A mudança climática global é causada pela própria humanidade e não mais por seu tradicional ator, o astro sol. O maior problema da Terra é o aquecimento crescente nos últimos cinquenta anos, devido ao aumento de concentração de gases estufa. A atual concentração do gás carbônico no ar é a maior dos

últimos quatrocentos anos e, possivelmente, a maior em vinte e cinco milhões de anos. Tudo resulta da ação humana. Destruição de florestas, queima de petróleo, multiplicação de automóveis. A ação humana vai sufocando o planeta, extinguindo espécies e ponto em risco a própria sobrevivência.

MFN: 136

HERMANS, Maria Artemisia Arraes. *Direito ambiental: o desafio brasileiro e a nova dimensão global*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. 532 p.

Descritores: SISTEMA HIDRELÉTRICO BRASILEIRO; PRIVATIZAÇÃO; SERVIDÃO AMBIENTAL; SEMINÁRIO DAS COMISSÕES DE DIREITO AMBIENTAL DA OAB; FLORESTA; PROTEÇÃO AMBIENTAL; RECURSOS GENÉTICOS; FAUNA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; BIODIVERSIDADE; PATRIMÔNIO GENÉTICO; PROPRIEDADE INTELECTUAL.

Resumo: Dividida em duas partes, a primeira dedicada a estudos doutrinários sobre o tratamento de questões cruciais que afloram dia após dia, como: a privatização do sistema hidrelétrico brasileiro, a servidão ambiental, a proteção das florestas, o acesso aos recursos genéticos e o direito de propriedade intelectual sobre a biodiversidade, o modelo de desenvolvimento sustentável e a administração pública em face da responsabilidade ambiental. A segunda versa sobre o Primeiro Seminário das Comissões de Direito Ambiental da OAB, que reuniu 23 seccionais em Brasília (DF), e trouxe à luz a complexidade e a multidisciplinaridade que envolvem as questões ambientais, tornando mais evidente a gravidade das ameaças que pairam sobre o nosso planeta em decorrência dos diversos atentados que o homem vem cometendo.

MFN: 137

BENJAMIN, Antonio Herman V. *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 560 p.

Descritores: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; ZONA DE AMORTECIMENTO; RESERVA DA BIOSFERA; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PROTEÇÃO PENAL; RESPONSABILIDADE PENAL; DIREITO PENAL AMBIENTAL.

Resumo: Reúne textos dos maiores especialistas brasileiros em unidades de conservação. Seu principal objetivo é analisar, de forma interdisciplinar e aprofundada, os aspectos mais marcantes da Lei nº 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Comenta um dos mais efetivos instrumentos de proteção ambiental, as unidades de conservação. Analisa temas relevantes e pouco tratados, como zonas de amortecimento, corredores ecológicos, proteção penal das unidades de conservação, reservas da biosfera, desapropriações ambientais, entre outros, sob a ótica da Lei no 9.985/2000, produzindo trabalho de elevado nível científico e de suma importância a todos aqueles que se interessam pelo direito ambiental.

MFN: 138

SZNICK, Valdir. *Direito penal ambiental*. São Paulo: Ícone, 2001. 584 p.

Descritores: DIREITO PENAL AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; RESPONSABILIDADE PENAL.

MFN: 139

LEITE, José Rubens Morato. *Inovações em direito ambiental*. Fundação Boiteux, 2000.

Descritores: DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; POLUIÇÃO; POLÍTICA AMBIENTAL; GLOBALIZAÇÃO.

MFN: 140

ACETI JUNIOR, Luiz Carlos. *Direito ambiental e direito empresarial*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002. 248 p.

Descritores: DIREITO EMPRESARIAL; RECURSOS HÍDRICOS ; ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS; ALCA; DIREITO URBANO; URBANISMO; DIREITO DE SUPERFÍCIE; IDOSOS; AGROTÓXICOS; ÁGUA; POLUIÇÃO; ENERGIA; RECICLAGEM DO LIXO.

Resumo: Divide-se em duas partes distintas direito ambiental e direito empresarial. Na primeira, analisa a nova Lei de Agrotóxicos, a água como bem finito e os recursos hídricos, o princípio do poluidor-pagador e do usuário-pagador, o meio ambiente e a ALCA, o meio ambiente urbano, as modalidades alternativas de geração de energia, a reciclagem do lixo. Na segunda, cuida da Lei da Proteção aos Idosos (Lei n.º 10.173, de 03.01.2001), do direito bancário, da nota promissória, da sociedade em conta de participação.

MFN: 141

SATO, Jorge. *Mata atlântica, direito ambiental e a legislação*. São Paulo: Hemus, 1995. 198 p.

Descritores: FLORESTA; FLORESTA LEGISLAÇÃO.

MFN: 142

SALES, Rodrigo. *Auditoria ambiental: aspectos jurídicos*. São Paulo: LTr, 2001. 228 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL; AUDITORIA AMBIENTAL; AUDITORIA AMBIENTAL SETOR PRIVADO; AUDITORIA AMBIENTAL SETOR PÚBLICO.

Resumo: Aborda de forma sistemática a auditoria ambiental, com ênfase nos seus aspectos jurídicos. Tomando como base a experiência norte-americana internacional, analisa a auditoria a partir de sua gênese, identificando sua base conceitual, metodologia, principais instrumentos e aplicações, tanto por parte do setor privado quanto por parte do setor público.

MFN: 143

MIGLIARI JUNIOR, Arthur. *Crimes ambientais*. São Paulo: Lex Editora, 2001. 404 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO ; DIREITO PENAL AMBIENTAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); RESPONSABILIDADE PENAL; DANO AMBIENTAL; CONCURSO DE PESSOAS; PESSOA JURÍDICA; DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.

Resumo: Tem como tema principal as três modificações introduzidas pela Lei dos Crimes Ambientais. A primeira trata do Concurso de Pessoas, que sofreu modificação em face da norma genérica prevista no Código Penal Brasileiro (artigo 29); a segunda questão polêmica trata da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica, oriunda dos embates internacionais de direito penal, a origem e progressão do sistema de responsabilização dos entes morais e a terceira questão altamente controvertida versa sobre a instituição, pela lei penal, da Desconsideração da Personalidade Jurídica, quando se tratar de fatos envolvendo o meio ambiente.

MFN: 144

PRADO, Luiz Regis. *Crimes contra o ambiente*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 352 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE PENAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); DANO AMBIENTAL; TUTELA PENAL.

Resumo: Em linhas gerais, apresenta doutrina, jurisprudência e legislação acerca do tema proposto, onde, entre os tópicos, estão as disposições gerais do diploma legal que rege a tutela do meio ambiente (responsabilidade penal, aplicação da pena, circunstâncias atenuantes e agravantes). Promove, ainda, análise dos crimes contra a fauna e flora, crimes ambientais, crimes contra o ordenamento urbano, patrimônio cultural, administração ambiental e patrimônio genético.

MFN: 145

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Direito de águas*. São Paulo: Atlas, 2001. 246 p.

Descritores: CÓDIGO DE ÁGUAS (1934); ÁGUA DOCE CARACTERIZAÇÃO; RECURSOS HÍDRICOS; ÁGUA; ÁGUA GLOSSÁRIO.

Resumo: Introduce, na primeira parte, a caracterização das águas doces, contendo um glossário dos aspectos jurídicos e princípios aplicáveis à matéria. Em seguida, discorre sobre o regime jurídico dos recursos hídricos, com ênfase nas competências constitucionais, no domínio, na água como bem público, como recurso ambiental, como elemento protetor das florestas e como componente do meio ambiente urbano. A segunda parte trata das principais formas de utilização das águas e dos problemas de ordem legal que ocorrem, de acordo com a jurisprudência indicada. Efetua também comentários à legislação em vigor: Código de Águas - Decreto nº 24.643/34 -, Lei nº 9.433/97 e Lei nº 9.984/00, além da regulamentação a essas normas. São analisados os instrumentos da política, consistindo em: Planejamento - plano de bacia hidrográfica, enquadramento, classificação e sistema de informação e Controle - outorga do direito de uso de recursos hídricos, licenciamento ambiental e cobrança pelo uso da água.

MFN: 146

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Meio ambiente: a lei em suas mãos*. São Paulo: Ícone, 1994. 155 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL.

MFN: 147

COSTA JUNIOR. *Direito penal ecológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, no prelo.

MFN: 148

LANFREDI, Geraldo Ferreira. *Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. 266 p.

Descritores: EDUCAÇÃO AMBIENTAL; PROTEÇÃO AMBIENTAL; RESPONSABILIDADE SOCIAL; EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; RESPONSABILIDADE CIVIL; DANO AMBIENTAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL).

Resumo: Trata da reparação e da educação integrada à questão ambiental para, como em uma ação solidária, dar efetividade à proteção ambiental e lograr o desenvolvimento sustentável. Calçado na melhor doutrina do direito, enfatiza a predominância social, alargando o sentido da responsabilidade civil, que se reveste de uma fisionomia mais humana e solidária. Acentua a progressiva coletivização da idéia de responsabilidade com a socialização dos riscos ambientais e introduz a educação ambiental como elemento necessário à compreensão do nexo causal entre as ações humanas e os danos ao meio ambiente a serem reparados. Enfatiza que a educação pode prevenir a reparação ou, se esta for necessária, haverá de incorporar uma dimensão ética aos requerimentos jurídicos. Um capítulo especial é dedicado à legislação que institui a Política de Educação Ambiental no Brasil. Após a conclusão, apresenta, ainda, jurisprudência e documentos relativos à educação ambiental.

MFN: 149

PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara. *100 Questões de direito ambiental: especial para concursos*. Curitiba: Juruá, 2002. 102 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL CONCURSO; CONCURSO PÚBLICO; DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; TERMINOLOGIA JURÍDICA.

Resumo: Reúne questões de direito ambiental apresentadas em diferentes Concursos Públicos nos últimos cinco anos. Grande parte das questões procedem de provas aplicadas em concursos realizados pelo Ministério Público em diversos Estados da Federação. Outras têm origem em exames aplicados em Escolas do Ministério Público, particularmente na Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná, e em instituições de ensino superior que oferecem a disciplina em seus cursos de graduação. Há também questões apresentadas em provas para ingresso em outras carreiras públicas, tais como Perito da Polícia Federal, Magistratura, Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, além daquelas elaboradas pelos próprios organizadores. A título de complementação, a obra foi enriquecida com a indicação da legislação correspondente a cada questão, com vocabulário de termos técnicos e jurídicos utilizados, siglas adotadas e recomendações bibliográficas para os interessados em aprofundar o estudo do direito ambiental brasileiro.

MFN: 150

BONALUME, Wilson Luiz. *Abordagem ambiental brasileira*. São Paulo: Ambiência, 2001. 200 p.

Descritores: BIODIVERSIDADE; ÍNDIO; ANIMAIS SELVAGENS; PANTANAL; CRIME ECOLÓGICO; RESPONSABILIDADE PENAL; DIREITO PENAL AMBIENTAL; CONSÓRCIO PROTEÇÃO DE BIOMAS; ECOLOGIA.

Resumo: Trata da conservação da natureza e a relação com a biodiversidade. Aborda temas ambientais e políticos noticiados pela mídia; ecologia humana e indigenismo; os animais selvagens; o Consórcio Proteção de Biomas do Pantanal; e os problemas amazônicos com crimes, multas e penalidades.

MFN: 151

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 416 p.

Descritores: AÇÃO CIVIL PÚBLICA; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); DANO AMBIENTAL; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988); QUALIDADE AMBIENTAL; DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL; INQUÉRITO CIVIL; DIREITO PENAL AMBIENTAL.

Resumo: Analisa os principais aspectos da reparação judicial do dano ambiental, à luz das disposições da Constituição Federal, da Lei n. 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), da Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sob a ótica do direito material e do direito processual. No âmbito do direito material, após discriminar a especificidade do dano ao meio ambiente, a partir da determinação do estatuto jurídico do meio ambiente no Brasil e do estudo do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito humano fundamental, examina o conceito de reparação aplicável à matéria, sua extensão, com incidência do princípio da reparação integral do prejuízo, bem como as técnicas reparatórias tradicionais - da reparação in natura e da reparação pecuniária, estabelecendo, ainda, distinção entre a reparação propriamente dita do dano e a supressão do fato danoso à qualidade ambiental. No âmbito do direito processual, são abordados os principais temas do acesso à Justiça para a proteção do meio ambiente e, em especial, os aspectos mais relevantes da ação civil pública da Lei n. 7.347/85, criada para a tutela judicial dos direitos e interesses difusos. Entre os assuntos tratados na órbita processual, destacam-se os do inquérito civil, da competência jurisdicional para o processamento e o julgamento da causa, das condições da ação (legitimidade para agir, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido), da obrigatoriedade, indisponibilidade e imprescritibilidade dessa modalidade de demanda coletiva, da atividade instrutória e da prova do dano ambiental, da sentença, da coisa julgada e dos custos do processo.

MFN: 152

SANTOS, Celeste Leite dos. *Crimes contra o meio ambiente: responsabilidade e sanção penal*. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. 240 p.

Descritores: CRIME ECOLÓGICO; DIREITO PENAL AMBIENTAL; DANO AMBIENTAL; REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL); RESPONSABILIDADE PENAL; BEM AMBIENTAL; CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE FRANÇA.

Resumo: Trata-se de um estudo direcionado à tutela do meio ambiente, entendido como bem jurídico fundamental a salva-guarda da saúde e da qualidade de vida. Parte-se dos denominados bens global

commons, a sua evolução no sistema jurídico-penal, culminando com a perspectiva de criação de um Código do Meio Ambiente, a exemplo da França que já o possui. Considera-se por postulado básico a idéia de que *societas delinquere potest*, conforme enuncia o comando constitucional no art. 225, § 3º, da Constituição Federal. O seu modo de inserção no sistema jurídico penal, conseqüências, bem como penalidades adequadas são as propostas do presente trabalho.

MFN: 153

LIMA, André (coord.). *O direito para o Brasil socioambiental*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002. 414 p.

Descritores: CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL; DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS SOCIAIS; CIDADANIA; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA); ISA.

Resumo: Publicação construída coletivamente por colaboradores e membros da equipe de advogados do Instituto Socioambiental (ISA), oferece aos pensadores e operadores do direito reflexões jurídicas práticas e conceituais sobre 'flashes' que compõe o cenário socioambiental contemporâneo brasileiro.

MFN: 154

ANTUNES, Paulo de Bessa; AMENDOLA, Cynthia Marques; PINTO, Daniella Diz Pereira, (coord.). *Legislação ambiental do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999. 628 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO ; DIREITO AMBIENTAL (RIO DE JANEIRO) LEGISLAÇÃO.

Resumo: Obra dedicada à atualização e organização da legislação estadual a respeito do direito ambiental. Inclui índice sistemático, distribuindo a pesquisa por assunto, tipos de ato e ordem cronológica.

MFN: 155

PETERS, Edson Luiz; PIRES, Paulo de Tarso de Lara. *Legislação ambiental federal*: com detalhado índice alfabético. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 476 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL CONCURSO; CONCURSO PÚBLICO.

Resumo: Trata da consolidação e sistematização da legislação federal ambiental em vigor no Brasil, atualizada e acompanhada de um funcional e minucioso índice alfabético por assunto. Oferece importante contribuição e valioso instrumento de trabalho e estudo, destinado a todos os profissionais dedicados a esta área do conhecimento científico, sejam advogados, professores, estudantes, engenheiros, biólogos, juizes, promotores de justiça, delegados ou procuradores.

MFN: 156

ROCCO, Rogério. *Legislação brasileira do meio ambiente*. São Paulo: DP&A, 2002. 284 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO ; ENGENHARIA GENÉTICA; POLÍTICA AMBIENTAL; CONAMA RESOLUÇÃO; UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; BIOSSEGURANÇA; DANO AMBIENTAL.

Resumo: Traz as principais leis da Política Nacional do Meio Ambiente e seus mecanismos de formulação e aplicação, incluindo as principais Resoluções do CONAMA sobre a Política Nacional, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a Engenharia Genética e Biossegurança. Traz na íntegra a Lei 9.605/98 e o Dec. 3.179/99, que dispõem sobre as sanções penais e administrativas derivadas das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; a Lei 9.795/99 - sobre a educação ambiental; a Lei 7.797/89 e o Dec. 3.524/00 - Fundo Nacional do Meio Ambiente; e a Lei 8.974/95 e os Decs. 1.752/95 e 3.945/01, que estabelecem as normas para o uso de engenharia genética.

MFN: 157

VAZ, Ricardo Augusto Pamplona, (coord.). *Meio ambiente*. 3. ed. São Paulo: ADCOAS, 2001. 146 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA; POLUIÇÃO INDUSTRIAL; PRESERVAÇÃO; DESMATAMENTO; EXTINÇÃO DE ESPÉCIES.

Resumo: Como conciliar as exigências impostas pelo progresso, aliadas à explosão demográfica por que vem passando o mundo, é o ponto crucial que desafia todos os segmentos da humanidade. No Brasil, especialmente, onde se encontram as maiores reservas naturais da Terra, o direito ambiental reveste-se de singular importância, na defesa e preservação do meio ambiente, coibindo excessos, como poluição da atmosfera pelas indústrias, lançamento de despejos in natura em rios, lagos e mar, desmatamento indiscriminado e extinção de espécies, entre outros. Dada a pluralidade de ocorrências e a variedade de formas que estas assumem, multiplicam-se as decisões dos tribunais brasileiros sobre o assunto. Essencial, portanto, a atualização da jurisprudência para os operadores do direito. Revisada e acrescida de novos acórdãos, esta edição proporciona aos leitores os mais importantes julgados proferidos, até novembro de 2001, pelos diversos Tribunais do País.

MFN: 158

ZANETTI, Eder. *Meio ambiente: setor florestal*. Curitiba: Juruá, 2002. 244 p.

Descritores: RECURSOS NATURAIS; FLORESTA; INDÚSTRIA FLORESTAL; SUSTENTABILIDADE; QUALIDADE DE VIDA; QUALIDADE AMBIENTAL; MADEIRA.

Resumo: Aborda diferentes facetas da utilização dos recursos naturais, a indústria florestal, o mercado disponível para o setor, a questão da conservação ambiental, novas metodologias de manejo visando à plenitude do aproveitamento, como incorporar atividades múltiplas e desenvolver sustentabilidade como forma de diminuir as diferenças entre pobres e ricos em um planeta solidário. As experiências internacionais em torno da temática também estão apresentadas, deslocando a atenção do setor para o envolvimento internacional nas assertivas sobre a qualidade de vida da população, os caminhos traçados pelas pesquisas em busca do encontro do trinômio ambiental socioeconômico na construção de uma nova realidade global.

MFN: 159

ROSSIT, Liliana Allodi. *O meio ambiente de trabalho no direito ambiental brasileiro*. São Paulo: LTr, 2001. 216 p.

Descritores: AMBIENTE DO TRABALHO; TRABALHO EVOLUÇÃO HISTÓRICA; DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS CONSTITUCIONAIS; BEM AMBIENTAL; DIREITOS SOCIAIS; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Resumo: Obra dividida em duas partes. Na primeira, fornece a visão constitucional do direito ambiental, definindo o bem ambiental, no qual se insere o meio ambiente de trabalho, como bem difuso, e aponta a evolução constitucional dos direitos sociais. Na segunda parte, aborda a evolução histórica do trabalho e do desenvolvimento econômico, e o progresso da relação entre trabalho e saúde, indicando a proteção da saúde, que é bem ambiental, como o verdadeiro escopo da proteção do meio ambiente de trabalho.

MFN: 160

FREITAS, Vladimir Passos de. *Direito ambiental em evolução*: n. 3. Curitiba: Juruá, 2002. 374 p.

Descritores: POLÍTICA AMBIENTAL; POLÍCIA AMBIENTAL; SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS PROTEÇÃO JURÍDICA; CAATINGA; TUTELA PENAL; TUTELA JURISDICIONAL; PLANEJAMENTO FAMILIAR; FAUNA; FLORA; RECURSOS NATURAIS.

Resumo: Pretende oferecer à comunidade jurídica estudos de temas de direito ambiental, pouco discutidos, realizados por pessoas destacadas, de profissões diversas e dos mais variados pontos do país. Nomes consagrados, como Paulo Affonso Leme Machado e Saint-Clair Honorato Santos, estão juntos com novos ambientalistas. Assim, condensa trabalhos que vão de profundas considerações sobre os princípios ambientais e o garantismo jurídico até a atividade prática da Polícia Ambiental, passando por assuntos quase desconhecidos dos estudiosos da área, como a proteção jurídica dos sítios paleontológicos, o papel da ONG, a tutela da caatinga e o planejamento familiar. A experiência do exterior não foi desprezada. Um estudo narra as atividades do Tribunal da Nova Zelândia, outro, a jurisprudência Argentina.

MFN: 161

BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. *Meio ambiente: certificações ambientais e comércio internacional*. Curitiba: Juruá, 2002. 292 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL; COMÉRCIO INTERNACIONAL; CONSUMO; ENTROPIA; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO; ISO; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO); ANTIDUMPING; DUMPING; CAPITALISMO.

Resumo: Trata de temas diversificados, como o comércio e meio ambiente, a origem dos problemas ambientais contemporâneos, a industrialização e o consumo moderno, as certificações ambientais, o comércio internacional o paradigma capital expansionista, o aumento da entropia e o desenvolvimento sustentável, entre outros assuntos relacionados ao meio ambiente.

MFN: 162

MARINS, James (coord.). *Tributação e meio ambiente*: livro 2. Curitiba: Juruá, 2002. 126 p.

Descritores: DIREITO TRIBUTÁRIO; ECONOMIA; DIREITO FINANCEIRO; CRIME ECOLÓGICO.

MFN: 163

BITTENCOURT, Sidney. *A nova legislação ambiental brasileira atualizada*. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 1999. 77 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO; CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988); POLÍTICA AMBIENTAL.

Resumo: Reúne toda a legislação ambiental brasileira e aponta os artigos que tratam sobre o tema na Constituição brasileira, de modo a facilitar sua aplicação em qualquer área de atuação.

MFN: 164

SILVA, Pedro Paulo e Lima (Org.). *Dicionário brasileiro de ciências ambientais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 284 p.

Descritores: DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA; TERMINOLOGIA JURÍDICA; ECOLOGIA TERMINOLOGIA.

Resumo: Mais de 3.700 verbetes que abrangem desde as áreas de Ecologia, Biologia, Engenharia, Direito, Licenciamento, Economia, Gestões da Qualidade, até as de Sociologia e Filosofia, todas relacionadas às ciências ambientais.

APÊNDICE 2 – ÍNDICE DE AUTORES

(Os números referem-se ao MFN)

ACETI JUNIOR, Luiz Carlos
140

AGUIAR, Paulo Roberto Moraes de
078

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de
071

ALBUQUERQUE, Fabiola Santos
046

ALENCAR, Gisela S. de
096

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de
020

ALVARENGA, Octavio J. Mello
087

AMENDOLA, Cynthia Marques
154

ANTONIO, Adalberto Carim, (coord.)
026

ANTUNES, Paulo de Bessa
004, 021, 072, 099, 114, 154

ARAÚJO, Lilian Alves de
125

ASSIS, Fátima Rangel dos Santos de
022, 023

AYALA, Patryk de Araújo
134

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira
024

BASSO, Maristela
100

BENJAMIN, Antonio Herman V
107, 137

BERNARDO, Christianne
064

BIANCHI, Patrícia Nunes Lima
161

BITTENCOURT, Sidney
047, 163

BONALUME, Wilson Luiz
150

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro
048

CARDOSO, Artur Renato Albeche
005

CARNEIRO, Ricardo
006

CARRAMENHA, Roberto
025

CARRERA, Francisco
068

CARVALHO, Carlos Gomes de
049, 123, 124

CARVALHO, Érika Mendes de
050

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 3., 1999, São Paulo
051

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
073

CONSTANTINO, Carlos Ernani
007

CORDEIRO, Antonio José
117

COSTA JUNIOR
147

COSTA JÚNIOR, Paulo José da
135

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro
008

COSTA, Maria Diana Braga
115

DAWALIBI, Marcelo
028

DEEBEIS, Toufic Daher
052

DERANI, Cristiane
088

DIAFERIA, Adriana
056

DIAS, Edna Cardozo
053

DINIZ, Maria Helena
009

ENCONTRO DE JUÍZES FEDERAIS DA REGIÃO AMAZÔNICA, 1., 1994, Manaus
097

FARIAS, Bernadete Ferreira
105

FARIAS, Paulo José Leite
055

FERNANDES, Edésio (org.)
010

FERREIRA, Ivette Senise
098

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de
027, 085

FINK, Daniel Roberto
028

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco
011, 029, 056, 089, 094

FONTES, Eliana Maria Gouveia
001

FORGHIERI, Celia Cintrão
045

FREIRE, William
030

FREITAS, Gilberto Passos de
032

FREITAS, Vladimir Passos de
003, 026, 031, 032, 075, 076, 160

GOMES, Celeste Leite dos Santos Pereira
057, 077

GOMES, Sebastião Valdir
058

GRAF, Ana Cláudia Bento
075

GRANZIERA, Maria Luiza Machado
145, 146

GRINOVER, Ada Pellegrini
002, 107

GUERRA, Isabella Franco
090

HERMANS, Maria Artemisia Arraes
136

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes
091

JUCOVSKY, Vera Lúcia R. S
033

JUNGSTEDT, Luiz Oliveira Castro
054

LANFREDI, Geraldo Ferreira
148

LEITE, José Rubens Morato
034, 093, 134, 139

LIMA, André
153

MACHADO, Paulo Affonso Leme
012, 106

MAGALHÃES, Juraci Perez
079, 128

MARINS, James
162

MARQUES, José Roque Nunes
060

MATOS, Eduardo Lima de
013

MATTOS, Adherbal Meira
126

MEDAUAR, Odete
131

MIGLIARI JUNIOR, Arthur
143

MILARÉ, Edis
002, 035, 108, 135

MIRRA, Álvaro Luiz Valery
080, 151

MORAES, Luís Carlos Silva de
014, 061

MOURA, Luiz Antonio Abdalla de
129, 130

MUKAI, Toshio
081, 132

NALINI, José Renato
015

NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade
094

NEVES, Estela
118, 120

OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades, (org.)
093

OLIVEIRA, Antonio Inagê de Assis
062

OLIVEIRA, Helli Alves de
127

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de
063

OLIVEIRA, Simone Gomes de
020

PANNO, Márcia
020

PETERS, Edson Luiz
016, 149, 155

PINTO, Antonio Carlos Brasil
017

PINTO, Daniella Diz Pereira
154

PINTO, Waldir de Deus
116

PIRES, Paulo de Tarso de Lara
016, 149, 155

PIVA, Rui Carvalho
036

PRADO, Alessandra Rapassi Mascarenhas
037

PRADO, Luiz Regis
119, 144

RAMOS, Oldon Costa
115

REBELLO FILHO, Wanderley
064

RIBAS, Luiz César
065

RICHTER, Rui Arno
066

ROCCO, Rogério
156

ROCHA, Julio Cesar de Sá da
067, 092

RODRIGUES, Marcelo Abelha
089, 094

ROMERO, Marcos Augusto
101

ROSSIT, Liliana Allodi
159

SÁ, Elida Lúcia Batista
068

SALES, Rodrigo
142

SALLES, Carlos Alberto de
069

SAMPAIO, Francisco José Marques
083, 109

SANTOS, Celeste Leite dos
152

SANTOS, Pedro Sérgio dos
095

SANTOS, Saint-Clair Honorato
018

SATO, Jorge
141

SÉGUIN, Elida
038

SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL IMOBILIÁRIO, 1995, São Paulo
102

SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL IMOBILIÁRIO, 2., 1999, São Paulo
039

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, POBREZA E
DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA, 1992, Belém
121

SEMINÁRIO SOBRE DIREITO AMBIENTAL, 1., 1991, Franca
110

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e
103

SILVA, José Afonso da
040, 041

SILVA, Pedro Paulo e Lima
164

SIMPÓSIO AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS,
1991, São Paulo
111

SIRVINSKAS, Luis Paulo
084, 133

SOARES, Guido Fernando Silva
019

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de
112

SOUZA, Marcelo Gomes de
104

SOUZA, Motauri Ciocchetti de
042

SZNICK, Valdir
138

TOSTES, André
118, 120

TRINDADE, Antônio Augusto Caçado
113

VARELLA, Marcelo Dias
001, 082

VAZ, Ricardo Augusto Pamplona
157

VITTA, Mário Roberto N.
043

WAINER, Ann Helen
070

WOLFF, Simone
044

ZANETTI, Eder
158

ZUCCA, Aldo Jacomo
122

APÊNDICE 3 – ÍNDICE DE TÍTULOS

(Os números referem-se ao MFN)

100 Questões de direito ambiental, especial para concursos

149

Abordagem ambiental brasileira

150

Ação civil pública ambiental

125

Ação civil pública e meio ambiente

090

Ação civil pública e reparação do dano ao meio ambiente

151

Ação civil pública, lei 7.347/1985 - 15 anos

002

Ação civil pública, meio ambiente e terras indígenas

072

Águas, aspectos jurídicos e ambientais

003

Anais..

121

Anais..., 21 a 24 de outubro de 1991

110

Anais..., a proteção jurídica das florestas tropicais

051

Aspectos jurídicos concernentes ao uso e preservação do meio ambiente

101

Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental

028

Atividade agrária e proteção ambiental, simbiose possível

091

Auditoria ambiental, aspectos jurídicos

142

Autonomia municipal e meio ambiente

013

Avaliação de impacto ambiental, situação atual e perspectivas: simpósio: textos apresentados e debates

111

Bem ambiental

036

Bibliografia sobre direito ambiental

073

Biodiversidade e patrimônio genético no direito ambiental brasileiro

056

Biossegurança e biodiversidade, contexto científico e regulamentar

001

A caminho da Agenda 21 brasileira

086

Cidadania coletiva

093

Código florestal comentado, com as alterações da Lei de Crimes Ambientais, lei n. 9605/98

061

Coletânea de legislação de direito ambiental e Constituição Federal

131

Comentários à nova Lei de Crimes contra o meio ambiente e suas sanções administrativas, Lei 9.605, de fevereiro de 1998, alterada pela Medida Provisória n. 1.710, de 7 de agosto de 1998

047

Comentários ao código florestal

128

Competência federativa e proteção ambiental

055

A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais

031

Crime ecológico, da filosofia ao direito

095

Crimes ambientais

143

Crimes contra a natureza, de acordo com a Lei 9.605/98

032

Crimes contra o ambiente

144

Crimes contra o meio ambiente, responsabilidade e sanção penal

057, 077, 152

Crimes e infrações administrativas ambientais, comentários à Lei n.9.605/98

008

Curso de direito ambiental

014

Curso de direito ambiental brasileiro

011

Curso de direito ambiental, doutrina, legislação e jurisprudência

114

Da responsabilidade do estado para danos ambientais

127

Dano ambiental, do individual ao coletivo extrapatrimonial

034

Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão

107

Dano ambiental, uma abordagem conceitual

021

Delitos ecológicos, a lei ambiental comentada artigo por artigo: aspectos penais e processuais penais

007

Dicionário brasileiro de ciências ambientais

164

Dicionário de direito ambiental, terminologia das leis do meio ambiente

074

Dicionário jurídico do ambiente

124

Direito administrativo e meio ambiente
076

Direito ambiental
004, 054

Direito ambiental brasileiro
012, 030, 058

Direito ambiental constitucional
040

Direito ambiental das áreas protegidas, o regime jurídico das unidades de conservação
137

Direito ambiental e a saúde dos trabalhadores
027

Direito ambiental e direito empresarial
140

Direito ambiental e meio ambiente do trabalho, dano, prevenção e proteção
092

Direito ambiental econômico
088

Direito ambiental em evolução, n. 1
075

Direito ambiental em evolução, n. 2
026

Direito ambiental em evolução, n. 3
160

Direito ambiental internacional, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial
103

Direito ambiental na sociedade de risco
134

Direito ambiental sistematizado
081

Direito ambiental, análise da exploração madeireira na Amazônia
060

Direito ambiental, o desafio brasileiro e a nova dimensão global
136

O direito ambiental, nossa casa planetária
038

Direito ambiental, uma abordagem econômica
006

Direito ambiental, unidades de conservação, limitações administrativas
018

Direito da natureza, considerações sobre o direito ambiental brasileiro e a Lei dos Crimes Ambientais
025

O direito da terra rumo a um direito internacional ambiental efetivo
122

Direito de águas
145

O direito de antena em face do direito ambiental no Brasil
029

Direito de propriedade e meio ambiente
046

Direito do ambiente, doutrina, prática, jurisprudência, glossário
035

Direito do meio ambiente e participação popular
071

Direito internacional do meio ambiente, sua emergência, as obrigações e as responsabilidades
019

O direito para o Brasil socioambiental
153

Direito penal ambiental
138

Direito penal ambiental, comentários à lei 9605/98
135

Direito penal ambiental, problemas fundamentais
119

Direito penal ecológico
147

Direito processual ambiental brasileiro
094

Direito tributário e meio ambiente, proporcionalidade, tipicidade aberta, afetação da receita
063

Direito urbanístico brasileiro
041

Direito urbanístico e meio ambiente
104

Direito urbanístico e política urbana no Brasil
010

Direito urbano-ambiental brasileiro
132

Direito, soberania e meio ambiente
126

Direitos humanos e meio ambiente, paralelo dos sistemas de proteção internacional
113

Ecologia e meio ambiente
115

Economia ambiental, gestão de custos e investimentos
129

Elementos de direito ambiental brasileiro
052

Espaços ambientais protegidos e unidades de conservação
112

O estado atual do biodireito
009

Estudo prévio de impacto ambiental, teoria, prática e legislação
108

Estudos de direito ambiental
106

Ética ambiental
015

A evolução do direito ambiental no Brasil
079

Execução judicial em matéria ambiental
069

Função ambiental da cidade, direito ao meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado
067

Função ambiental da propriedade rural
048

Guia prático de direito ambiental
064

Guia prático de direito penal ambiental
117

I Encontro de juizes federais da região amazônica, Manaus, 1. a 05.11.1994
097

II Seminário de direito ambiental imobiliário
039

Impacto ambiental, aspectos da legislação brasileira
080

Inovações em direito ambiental
139

Interesses difusos em espécie, temas de direito do consumidor, ambiental e da lei de improbidade administrativa
042

Introdução ao direito ambiental
123

Jurisprudência ambiental brasileira
099

Legislação ambiental brasileira, contribuição para um código nacional do ambiente
049

Legislação ambiental brasileira, grau de adequação à convenção sobre diversidade biológica

044

Legislação ambiental brasileira, subsídios para a história do direito ambiental
070

Legislação ambiental do estado do Rio de Janeiro
154

Legislação ambiental federal, com detalhado índice alfabético
155

Legislação brasileira do meio ambiente
156

Legislação do meio ambiente
059

Legislação do meio ambiente, atos internacionais e normas federais
078

O licenciamento ambiental
062

Manual de crimes ambientais
053

Manual de direito ambiental
133

Manual de direito ambiental e legislação aplicável
089

Manual de direito ambiental, doutrina, legislação atualizada, vocabulário ambiental
016

Mata atlântica, direito ambiental e a legislação
141

Meio ambiente
157

Meio ambiente cultural, omissão do Estado e tutela judicial
066

Meio ambiente, a lei em suas mãos
118, 146

Meio ambiente, aplicando a lei

120

Meio ambiente, certificações ambientais e comércio internacional

161

O meio ambiente de trabalho no direito ambiental brasileiro

159

O meio ambiente e a ação popular

043

Meio ambiente no direito brasileiro atual

109

Meio ambiente, setor florestal

158

Mercosul, seus efeitos jurídicos, econômicos e políticos nos estados-membros

100

Mudança ambiental global e a formação do regime para proteção da biodiversidade

096

A nova legislação ambiental brasileira atualizada

163

O novo em direito ambiental

082

Perícia ambiental

020

Planeta terra, uma abordagem de direito ambiental

068

Política ambiental, busca de efetividade de seus instrumentos

148

Política e direito agroambiental, comentários à nova lei de reforma agrária: lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993

087

A problemática ambiental, reflexões, ensaios e propostas

065

Produzir, consumir e preservar, responsabilidades empresarial, administrativa e jurídica

023

Proteção penal do meio ambiente, fundamentos
037

Qualidade e gestão ambiental
130

Resoluções Conama, 1984 a 2002
116

Responsabilidade civil do estado por danos ambientais, Brasil - Portugal
033

Responsabilidade civil e reparação de danos ao meio ambiente, atualizado de acordo com a lei n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998
083

Responsabilidade civil no direito ambiental
022

Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente
024

Seminário de Direito Ambiental Imobiliário

102

Temas de direito ambiental e urbanístico
085

A terra gasta, a questão do meio ambiente
045

Tributação e meio ambiente, livro 2
162

Turismo e meio ambiente, aspectos jurídicos
017

Tutela penal do meio ambiente, breves considerações atinentes à lei n. 9.605, de 12-2-1998
084

Tutela penal do patrimônio cultural
098

Tutela penal do patrimônio florestal brasileiro
050

Vocabulário técnico de termos ambientais e sua capitulação jurídica
005

Zonas de proteção, novas limitações ao direito de propriedade
105

APÊNDICE 4 – ÍNDICE DE ASSUNTOS

(Os números referem-se ao MFN)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA COLETÂNEA

002

AÇÃO CIVIL PÚBLICA DIREITO COMPARADO FRANÇA ITÁLIA ESTADOS UNIDOS

099

AÇÃO CIVIL PÚBLICA DIREITO COMPARADO

099

AÇÃO CIVIL PÚBLICA ESTUDO DE CASO RIO DE JANEIRO (RJ)

125

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

002, 032, 070, 072, 085, 090, 094, 099, 101, 114, 125, 133, 151

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADIN)

133

AÇÃO PENAL

007

AÇÃO POPULAR

043, 094

ADIN

133

ADMINISTRAÇÃO DE RISCO AMBIENTAL

107

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

013

AGROTÓXICOS

071, 082, 140

ÁGUA DESSANILIZAÇÃO

003

ÁGUA DOCE CARACTERIZAÇÃO

145

ÁGUA GLOSSÁRIO

145

ÁGUA

071, 140, 145

AIA

111

ALCA

140

AMAZÔNIA INTERNACIONALIZAÇÃO

015

AMAZÔNIA

121

AMBIENTE DO TRABALHO DIREITO COMPARADO

027

AMBIENTE DO TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL

027

AMBIENTE DO TRABALHO

027, 082, 092, 159,

ANIMAIS SELVAGENS

150

ANTIDUMPING

161

AQUECIMENTO GLOBAL

135

ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

140

ASSENTAMENTO HUMANO

010

AUDITORIA AMBIENTAL SETOR PRIVADO

142

AUDITORIA AMBIENTAL SETOR PÚBLICO

142

AUDITORIA AMBIENTAL

012, 020, 072, 130, 142

AUTONOMIA MUNICIPAL

013

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

065, 111

BEM AMBIENTAL

036, 066, 094, 105, 117, 152, 159

BIODIREITO

009, 056, 082

BIODIVERSIDADE

001, 009, 026, 038, 044, 056, 068, 096, 136, 150

BIOETICA

001

BIOETICA

009, 056

BIOGENÉTICA

082

BIOSSEGURANÇA

056, 156

BIOTECNOLOGIA

082

BORRACHA

091

CAATINGA

160

CAÇA

032

CAPITALISMO SÉCULO XX

006

CAPITALISMO

161

CASTANHA-DO-PARÁ

091

CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL

153

CIDADANIA

093, 134, 153

CLASS ACTIONS

090

CLONAGEM

009

CÓDIGO DE ÁGUAS (1934)

003, 059, 131, 145

CÓDIGO DE CAÇA (1967)

059

CÓDIGO DE MINERAÇÃO (1967)

059, 078, 131

CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE FRANÇA

152

CÓDIGO FLORESTAL (1965) COMENTÁRIOS

128

CÓDIGO FLORESTAL (1965)

016, 059, 061, 064, 075, 078, 128, 131

COMÉRCIO INTERNACIONAL

161

CONAMA RESOLUÇÃO

116, 156

CONAMA

003, 076, 116

CONCURSO DE PESSOAS

143

CONCURSO PÚBLICO

149, 155

CONDIÇÕES DE TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL

027

CONDIÇÕES DE TRABALHO

092

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE (1972: ESTOCOLMO)

019, 096, 103

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
(1992: RIO DE JANEIRO)

019, 045, 096, 103

CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (1994:
NASSAU - BAHMAS)

096

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

019

CONFLITO DE VIZINHANÇA

085

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

003, 076, 116

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA CONGRESSO

039, 102

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

023, 030, 066, 091, 095, 107, 112

CONSÓRCIO PROTEÇÃO DE BIOMAS

150

CONSTITUIÇÃO BRASIL (1988)

031, 055, 058, 088, 092, 098, 104, 116, 119, 131, 151, 163

CONSUMO

161

CONTAMINAÇÃO RADIOATIVA

089

CONTAMINAÇÃO

071

CONTROLE AMBIENTAL

072

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA FLORA, DA FAUNA E DAS BELEZAS CÊNICAS
NATURAIS DOS PAÍSES DA AMÉRICA (1940)

049

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

008, 096

CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO

098

CRIME ECOLÓGICO ESTADOS UNIDOS

075

CRIME ECOLÓGICO

007, 008, 011, 012, 014, 020, 025, 026, 028, 030, 031, 032, 035, 037, 038, 047, 050, 053, 057, 061,
064, 068, 070, 075, 077, 082, 084, 095, 106, 107, 117, 119, 127, 133, 138, 143, 144, 150, 152

CRISE AMBIENTAL

009

CULTURA ASPECTOS JURÍDICOS

066

DANO AMBIENTAL

021, 034, 043, 049, 065, 069, 072, 076, 083, 107, 127, 135, 143, 144, 148, 151, 152, 156

DANO NUCLEAR PREVENÇÃO

012

DEFENSIVO AGRÍCOLA ZONA RURAL

082

DEFESA AMBIENTAL

064, 126

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO

083

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

001, 004, 009, 011, 020, 021, 022, 024, 030, 033, 034, 040, 050, 060, 065, 068, 076, 083, 107, 114,
122, 123, 125

DEMARCAÇÃO DE TERRAS

072

DEMOCRACIA

024

DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL

048

DESAPROPRIAÇÃO

065, 087

DESARMAMENTO

019

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

143

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

159

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONGRESSO

111

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

015, 026, 045, 068, 086, 103, 113, 134, 136, 148, 161

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

161

DESMATAMENTO AMAZÔNIA

121

DESMATAMENTO

015, 036, 071, 121, 157

DIREITO ADMINISTRATIVO

076

DIREITO AGRÁRIO

087, 091

DIREITO AMBIENTAL (RIO DE JANEIRO) LEGISLAÇÃO

154

DIREITO AMBIENTAL AMAZÔNIA

060, 121

DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS CONSTITUCIONAIS

043, 159

DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS ECONÔMICOS

065

DIREITO AMBIENTAL ASPECTOS SOCIAIS

065, 153

DIREITO AMBIENTAL BIBLIOGRAFIA

073

DIREITO AMBIENTAL COMPARADO BRASIL PORTUGAL

033

DIREITO AMBIENTAL COMPARADO

031, 032, 040, 063, 076, 081, 100, 111

DIREITO AMBIENTAL CONCURSO

149, 155

DIREITO AMBIENTAL CONGRESSO

039, 051, 102, 110, 111

DIREITO AMBIENTAL ESTADOS UNIDOS

024

DIREITO AMBIENTAL FRANÇA

021

DIREITO AMBIENTAL HISTÓRIA

014, 070, 079, 134

DIREITO AMBIENTAL IMPOSTOS

063

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

081, 103, 113, 123, 142, 161

DIREITO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA

018, 035, 099, 134, 157

DIREITO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO

007, 013, 014, 022, 035, 044, 050, 052, 053, 054, 056, 059, 064, 078, 089, 104, 114, 115, 131, 154, 156, 163

DIREITO AMBIENTAL NORMALIZAÇÃO

023

DIREITO AMBIENTAL PARAGUAI

026

DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA LÍNGUA ESPANHOLA
074

DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA LÍNGUA INGLESA
074

DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA LÍNGUA PORTUGUESA
074

DIREITO AMBIENTAL TERMINOLOGIA
005, 016, 035, 064, 074, 124, 149, 164

DIREITO COMUNITÁRIO
100

DIREITO CONSTITUCIONAL
040, 063, 064

DIREITO DE PROPRIEDADE
018, 046, 048, 105, 106

DIREITO DE SUPERFÍCIE
010, 132, 140

DIREITO DO TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL
027

DIREITO ECONÔMICO
088, 100

DIREITO EMPRESARIAL
140

DIREITO FINANCEIRO
063

DIREITO IMOBILIÁRIO CONGRESSO
039, 102

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
019, 113

DIREITO PENAL AMBIENTAL
007, 008, 032, 037, 050, 053, 054, 057, 061, 068, 075, 077, 082, 084, 095, 098, 117, 119, 123, 127,
137, 138, 143, 144, 150, 151, 152

DIREITO PROCESSUAL AMBIENTAL

011, 094, 098, 133, 134, 151

DIREITO TRIBUTÁRIO

063

DIREITO URBANO

010, 041, 067, 085, 132, 140

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS

093

DIREITOS HUMANOS

068, 113

DIREITOS SOCIAIS

159

DÍVIDA EXTERNA

126

DOENÇA PROFISSIONAL

092

DUMPING

161

ECOLOGIA TERMINOLOGIA

124, 164

ECOLOGIA

038, 045, 064, 070, 082, 115, 150

ECONOMIA AMBIENTAL

129

ECONOMIA

006, 109

ECOSSISTEMA

045

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA

148

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

016, 038, 045, 054, 109, 131, 148

EFEITO ESTUFA

015, 045, 135

EIA

080, 108

EMBARCAÇÃO

059

ENERGIA NUCLEAR

054

ENERGIA

135, 140

ENGENHARIA GENÉTICA DIREITO COMPARADO

001

ENGENHARIA GENÉTICA LEGISLAÇÃO

012

ENGENHARIA GENÉTICA SEGURANÇA

001

ENGENHARIA GENÉTICA

009, 056, 156

ENTROPIA

161

ESTAÇÃO ECOLÓGICA

018, 112

ESTATUTO DA CIDADE

132

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

080, 108

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

059, 068

ÉTICA

015, 135

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

069

EXPLORAÇÃO FLORESTAL ASPECTOS JURÍDICOS

060

EXTINÇÃO DE ESPÉCIES

157

EXTRATIVISMO

091

FAUNA JURISPRUDÊNCIA

099

FAUNA

038, 049, 054, 055, 058, 059, 084, 123, 133, 136, 160

FEDERALISMO

055

FINANCIAMENTO

086

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

014

FÍSICA NUCLEAR

045

FLORA JURISPRUDÊNCIA

099

FLORA

038, 049, 054, 055, 058, 059, 084, 123, 133, 160

FLORESTA AMAZÔNICA EXPLORAÇÃO

060

FLORESTA AMAZÔNICA PROTEÇÃO

060

FLORESTA LEGISLAÇÃO

050, 061, 141

FLORESTA TROPICAL PROTEÇÃO

051

FLORESTA

128, 136, 141, 158

FORÇAS ARMADAS

126

FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS (FDD)

021

FUNDO DE PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA MINERAÇÃO (FUNMINERAL)

021

FUNDO ESTADUAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (FECAM)

021

FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (FNMA)

021

GARIMPAGEM AMAZÔNIA

097

GERENCIAMENTO AMBIENTAL SÃO PAULO (ESTADO)

065

GERENCIAMENTO AMBIENTAL

038, 065

GERENCIAMENTO COSTEIRO

040

GESTÃO AMBIENTAL

125, 130

GESTÃO DE CUSTOS

129

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

129

GLOBALIZAÇÃO

006, 126

HIDRELÉTRICA

075

HIGIENE DO TRABALHO

027

HORTO FLORESTAL

018

IBAMA
076

IDOSOS
140

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
042

INDENIZAÇÃO AMBIENTAL
065

ÍNDIO ASPECTOS JURÍDICOS ESTADOS UNIDOS
026

ÍNDIO
072, 097, 150

INDÚSTRIA FLORESTAL
158

INQUÉRITO CIVIL
151

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS
076

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)
153

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA
100

INTERESSE COLETIVO
002, 094

INTERESSE DIFUSO ESTADOS UNIDOS
024

INTERESSE DIFUSO
002, 024, 042, 093

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO)
023, 130, 161

ISA

153

ISO

023, 130, 161

JUIZ FEDERAL CONGRESSO AMAZÔNIA

097

LER

092

LESÃO POR ESFORÇO REPETITIVO

092

LIBERDADE DE INFORMAÇÃO CONTROLE

029

LICENCIAMENTO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA

028

LICENCIAMENTO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO

028

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

004, 011, 014, 028, 030, 054, 059, 062, 080, 085, 101

MADEIRA

060, 091, 097, 121, 158

MANDADO DE INJUNÇÃO

094

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

094

MAR TERRITORIAL

126

MEDICINA DO TRABALHO

027

MEIO AMBIENTE FILOSOFIA

021

MEIO AMBIENTE VOCABULÁRIO

005, 016, 035

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)

023, 100, 126

MERCOSUL

023, 100, 126

MINERAÇÃO

054, 075, 104

MINORIA

113

MUNICÍPIO COMPETÊNCIA

013, 067

NARCOTRÁFICO

097

NORMA ISO 14.001

130

NORMA PENAL EM BRANCO

037

NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

023

OIT

027

OMS

027

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

096

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO

023, 130, 161

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO HISTÓRIA

027

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

027

PACTO AMAZÔNICO

049

PANTANAL

150

PARQUE CONSERVAÇÃO

112

PARQUE DE CAÇA

018

PATRIMÔNIO CULTURAL JURISPRUDÊNCIA

099

PATRIMÔNIO CULTURAL

002, 004, 017, 026, 035, 042, 055, 066, 084, 098, 101, 105, 107

PATRIMÔNIO GENÉTICO

131, 133, 136

PATRIMÔNIO PÚBLICO

042

PERÍCIA (PROCESSO CIVIL)

020

PERÍCIA AMBIENTAL

020, 125

PESCA

032

PESSOA JURÍDICA

037, 143

PETRÓLEO

135

PLANEJAMENTO FAMILIAR

160

PLANEJAMENTO URBANO

010, 041, 046

PODER DE POLÍCIA JURISPRUDÊNCIA

099

PODER DE POLÍCIA

104

POLÍCIA AMBIENTAL

160

POLÍTICA AGRÁRIA

087

POLÍTICA AMBIENTAL AMÉRICA LATINA

106

POLÍTICA AMBIENTAL

004, 006, 011, 012, 028, 029, 031, 035, 038, 040, 049, 052, 053, 055, 058, 062, 064, 065, 079, 080, 081, 082, 086, 087, 088, 089, 096, 097, 098, 101, 105, 107, 114, 116, 123, 156, 160, 163

POLÍTICA ECONÔMICA

086

POLÍTICA EDUCACIONAL

086

POLÍTICA HABITACIONAL

086

POLÍTICA INTERNACIONAL

096

POLÍTICA PESQUEIRA

086

POLÍTICA RURAL

048

POLÍTICA SOCIAL

088

POLÍTICA URBANA

010, 046, 132

POLUIÇÃO DO AR

089

POLUIÇÃO HÍDRICA

003, 015, 026, 075, 089, 133

POLUIÇÃO INDUSTRIAL

058, 123, 157

POLUIÇÃO JURISPRUDÊNCIA

099

POLUIÇÃO LEGISLAÇÃO

054

POLUIÇÃO SONORA

045, 071, 089, 133

POLUIÇÃO

007, 012, 014, 016, 021, 032, 038, 049, 071, 075, 084, 095, 130, 135, 140

PRESERVAÇÃO PERMANENTE

065

PRESERVAÇÃO

026, 036, 066, 082, 091, 095, 107, 112, 114, 121, 133, 157

PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL

087

PRIVATIZAÇÃO

072, 136

PROBIDADE ADMINISTRATIVA

042

PROCESSO ADMINISTRATIVO

105

PRODUTO TRANSGÊNICO ASPECTOS JURÍDICOS

026

PROPRIEDADE INTELECTUAL

136

PROPRIEDADE URBANA

041

PROTEÇÃO AMBIENTAL AMAZÔNIA

121

PROTEÇÃO AMBIENTAL BIBLIOGRAFIA

073

PROTEÇÃO AMBIENTAL CONGRESSO

111

PROTEÇÃO AMBIENTAL DIREITO COMPARADO

057, 072, 077, 106

PROTEÇÃO AMBIENTAL IMPOSTOS

063

PROTEÇÃO AMBIENTAL INGLATERRA ESTADOS UNIDOS

021

PROTEÇÃO AMBIENTAL JURISPRUDÊNCIA

049

PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO RIO DE JANEIRO (ESTADO)

117

PROTEÇÃO AMBIENTAL LEGISLAÇÃO

012, 025, 032, 062

PROTEÇÃO AMBIENTAL PAÍSES DO MERCOSUL

023

PROTEÇÃO AMBIENTAL PORTUGAL

033

PROTEÇÃO AMBIENTAL RELATÓRIO

062

PROTEÇÃO AMBIENTAL TRATADO

096

PROTEÇÃO AMBIENTAL

004, 007, 008, 011, 017, 021, 022, 023, 026, 028, 030, 033, 034, 036, 040, 041, 043, 046, 048, 049, 052, 055, 064, 065, 066, 067, 069, 072, 075, 079, 080, 082, 083, 085, 090, 094, 095, 096, 098, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 117, 119, 123, 125, 136, 148

PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

042

PROTEÇÃO INTERNACIONAL

113

PROTEÇÃO RURAL

048

QUALIDADE AMBIENTAL

130, 151, 158

QUALIDADE DE VIDA

067, 069, 123, 130, 158

QUEIMADA

061, 135

RADIAÇÃO

045

RÁDIO

029

RECICLAGEM DO LIXO

140

RECURSOS FLORESTAIS

050

RECURSOS GENÉTICOS PROTEÇÃO

001

RECURSOS GENÉTICOS

056, 136

RECURSOS HÍDRICOS

011, 012, 038, 049, 054, 055, 058, 121, 140, 145

RECURSOS MINERAIS APROVEITAMENTO

104

RECURSOS NATURAIS JURISPRUDÊNCIA

099

RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

071

RECURSOS NATURAIS

028, 038, 049, 091, 158, 160

REFLORESTAMENTO

050

REFORMA AGRÁRIA

086, 087

REFUGIADO

113

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

100

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

096

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)

080

REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL) PORTUGAL

033

REPARAÇÃO DO DANO (DIREITO AMBIENTAL)

019, 021, 022, 024, 034, 043, 047, 049, 072, 083, 143, 144, 148, 151, 152

RESERVA BIOLÓGICA

112

RESERVA DA BIOSFERA

137

RESERVA ECOLÓGICA

112

RESERVA INDÍGENA AMAZÔNIA

097

RESÍDUOS SÓLIDOS

089

RESÍDUOS TÓXICOS

032

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

023, 033

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

127

RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADOS UNIDOS ITÁLIA

024

RESPONSABILIDADE CIVIL FRANÇA

021

RESPONSABILIDADE CIVIL JURISPRUDÊNCIA PORTUGAL

033

RESPONSABILIDADE CIVIL JURISPRUDÊNCIA

033

RESPONSABILIDADE CIVIL

009, 022, 022, 023, 024, 024, 030, 031, 033, 034, 043, 047, 049, 068, 083, 101, 107, 109, 127, 148

RESPONSABILIDADE PENAL

023, 031, 037, 057, 068, 069, 075, 077, 082, 084, 095, 101, 109, 137, 138, 143, 144, 150, 152,

RESPONSABILIDADE SOCIAL

148

RIMA

080

SAÚDE (POLÍTICA)

058

SAÚDE OCUPACIONAL PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA

027

SAÚDE OCUPACIONAL PAÍSES DO MERCOSUL

027

SAÚDE OCUPACIONAL

092

SEGURANÇA DO TRABALHO PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA

027

SEGURANÇA DO TRABALHO PAÍSES DO MERCOSUL

027

SEMINÁRIO DAS COMISSÕES DE DIREITO AMBIENTAL DA OAB

136

SERVIDÃO AMBIENTAL

136

SISTEMA HIDRELÉTRICO BRASILEIRO

136

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

137

SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS PROTEÇÃO JURÍDICA

160

SOBERANIA

126

SOCIEDADE

134

SOL

135

SOLO URBANO

041, 058

SOLO

071

SUSTENTABILIDADE

158

TECNOLOGIA

134

TELEVISÃO

029

TEORIA DO ESTADO

024

TERMINOLOGIA JURÍDICA

005, 035, 064, 074, 124, 149, 164

TOMBAMENTO

012, 105, 107

TRABALHO EVOLUÇÃO HISTÓRICA

159

TRÁFICO ILÍCITO

097

TURISMO ASPECTOS JURÍDICOS

017, 082

TUTELA ADMINISTRATIVA

133

TUTELA CONSTITUCIONAL

133

TUTELA JURISDICIONAL

035, 066, 069, 160

TUTELA PENAL

050, 084, 098, 117, 133, 144, 160

UNESCO

096

UNIÃO EUROPÉIA (UE)

027

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PROTEÇÃO PENAL

137

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

018, 137, 156

URBANISMO LEGISLAÇÃO

041

URBANISMO

010, 132, 140

USINA HIDRELÉTRICA

106

USO DO SOLO

041

ZONA DE AMORTECIMENTO

137

ZONA FRANCA DE MANAUS

097

ZONEAMENTO COSTEIRO

012